

EDITAL PRGDP Nº 72/2016

O Reitor da Universidade Federal de Lavras, no uso de suas atribuições regimentais e de acordo com o disposto no art. 10 da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, no art. 9º da Lei nº 11.091, de 12/1/2005, alterada pela Lei nº 11.233, de 22/12/2005, no Decreto nº 6.944, de 21/8/2009, na Lei nº 7.853, de 24/10/1989, no Decreto nº 3.298, de 20/12/1999, na Portaria nº 243, de 3/3/11, do Ministério da Educação, no Decreto nº 7.232, de 19/7/10, na Portaria Interministerial MP/MEC nº 111, de 2/4/2014, na Lei 12.990 de 9/6/2014 e neste Edital, faz saber que se encontrarão abertas as inscrições para concurso público destinado ao provimento de cargos técnico-administrativos em Educação, regidos pela Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

O concurso, objeto deste Edital, será coordenado pela Comissão designada pela Portaria Reitoria nº 458 de 2/5/2016, pela Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PRGDP) e realizado pela Diretoria de Processos Seletivos (DIPS) da UFLA, conforme Portaria Reitoria nº 1.142, de 24/9/2012.

1.DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Os cargos, número de vagas oferecidas e número máximo de candidatos permitido para aprovação (em conformidade com o disposto no Anexo II do Decreto nº 6.944/09, de 21/8/2009) estão especificados no QUADRO 1:

QUADRO 1. Cargos, número de vagas e número máximo de candidatos permitido para aprovação:

Nível de classificação	Cargos	Nº de Vagas	Nº máximo de candidatos permitido para aprovação
C	Assistente de Laboratório	2	9
	Assistente de Laboratório (vaga reservada para negros conforme item 3.2 do Edital)	1	5
D	Técnico de Laboratório/Bioquímico	1	5
	Técnico de Laboratório/Química	2	9
	Técnico de Laboratório/Química (vaga reservada para negros conforme item 3.2 do Edital)	1	5
	Técnico em Edificações	1	5
E	Regente	1	5
TOTAL		9	43

1.2. A descrição sumária da atribuição dos cargos e os requisitos de qualificação para o ingresso nos cargos estão relacionados no Anexo I a este Edital.

1.3. O ingresso, no cargo de **Assistente de Laboratório**, dar-se-á no Nível de Classificação C, Nível de Capacitação I e Padrão de vencimento 1; nos cargos de **Técnico de Laboratório/Bioquímico**, **Técnico de Laboratório/Química** e **Técnico em Edificações**, no Nível de Classificação D, Nível de Capacitação I e Padrão de vencimento 1; e, no cargo de **Regente**, dar-se-á no Nível de Classificação E, Nível de Capacitação I e Padrão de vencimento 1.

1.4. O regime jurídico para os candidatos nomeados será o estatutário, previsto na Lei nº 8.112/90 e em suas alterações, e na legislação complementar.

1.5. A jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais, estabelecidas no artigo 19 da Lei nº 8.112/90, alterada pelo artigo 22 da Lei nº 8.270/91, e poderá ser cumprida nos horários diurno e noturno, a critério da Universidade.

1.6. O candidato poderá ser lotado em qualquer unidade do *campus* da Universidade Federal de Lavras, no cargo para o qual foi nomeado, observadas a necessidade e conveniência da Administração e a legislação vigente.

1.7. A remuneração é a equivalente ao vencimento básico dos respectivos cargos: Nível de Classificação **C**, Nível de capacitação I e Padrão de Vencimento 1 - R\$ 1.739,04 (um mil, setecentos e trinta e nove reais e quatro centavos); Nível de Classificação **D**, Nível de capacitação I e Padrão de Vencimento 1 - R\$ 2.175,17 (dois mil, cento e setenta e cinco reais e dezessete centavos) e Nível de Classificação **E**, Nível de capacitação I e Padrão de Vencimento 1 - R\$ 3.666,54 (três mil, seiscentos e sessenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos).

1.7.1. Os valores acima serão acrescidos de auxílio-alimentação e de auxílio-transporte, nos termos da legislação vigente.

1.8. O prazo de validade do concurso será de 2 (dois) anos, contados a partir da data da publicação da homologação do resultado, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da UFLA, conforme previsto no inciso III do artigo 37 da Constituição Federal.

1.9. Novas vagas que vierem a ser autorizadas pelos órgãos competentes, dentro do prazo de validade do concurso, serão preenchidas por ordem de classificação dos candidatos nos respectivos cargos, observados os termos deste Edital, a legislação vigente e os critérios de alternância e proporcionalidade dispostos no Anexo II a este Edital.

2.DAS INSCRIÇÕES

2.1. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento, na íntegra, do disposto neste Edital, disponível no endereço eletrônico www.prgdp.ufla.br/concurso/ta, e certificar-se de que preencherá, até a data da posse, todos os requisitos para a investidura no cargo para o qual pretende concorrer. **Somente após registrar o “aceite às normas contidas neste Edital”, o candidato terá acesso ao requerimento de inscrição.**

2.1.1. Ao efetuar a inscrição, o candidato estará declarando, automaticamente, concordância com todos os termos deste Edital, com as normas que regem o concurso, sobre as quais não poderá alegar desconhecimento, e que preencherá, até a data da posse, todos os requisitos exigidos para investidura no cargo escolhido.

2.2. A inscrição será feita somente via Internet, no endereço eletrônico www.prgdp.ufla.br/concurso/ta, conforme procedimentos especificados no item **2.8** deste Edital.

2.3. Para efetuar a inscrição, é imprescindível que o candidato esteja inscrito no Cadastro de Pessoa Física (CPF).

2.4. Período de inscrição: das **9h do dia 13 de julho de 2016 até as 23h59 do dia 1º de agosto de 2016** (horário oficial de Brasília).

2.5. Taxa de inscrição: É de R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) para o cargo de Assistente de Laboratório (Nível de classificação C); R\$ 70,00 (setenta reais) para os cargos de Técnico de Laboratório/Bioquímica, Técnico de Laboratório/Química e Técnico em Edificações (Nível de Classificação D); e R\$ 115,00 (cento e quinze reais) para o cargo de Regente (Nível de Classificação E).

2.6. Documentação exigida: Um dos seguintes documentos de identidade: Carteiras expedidas por Secretarias Estaduais de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Polícias Civis, Corpos de Bombeiros Militares; Carteiras expedidas por Ordens ou Conselhos criados por Lei Federal, desde que contenham fotografia e o nº da identidade que lhes deu origem; Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/1997), Carteira de Trabalho ou Passaporte (dentro do prazo de validade).

2.6.1. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, ou ainda, cópias de documentos válidos, mesmo que autenticadas, nem protocolo de solicitação de documentos.

2.7. É vedada a inscrição condicional e/ou extemporânea e não serão aceitas inscrições via postal, fax e/ou correio eletrônico.

2.8. Procedimentos para efetuar a inscrição:

2.8.1. Acessar o endereço eletrônico www.prgdp.ufla.br/concurso/ta e digitar o CPF.

2.8.2. Preencher os campos contidos no requerimento de inscrição e indicar **o cargo para o qual pretende concorrer**.

2.8.2.1. O candidato poderá concorrer em apenas um único cargo de que trata o presente Edital.

2.8.3. O candidato com deficiência que necessitar de **atendimento especial** e/ou **tempo adicional** para a realização das provas deverá marcar o campo correspondente no ato do preenchimento do requerimento de inscrição, conforme consta no subitem **2.10** deste Edital. Deverá, ainda, encaminhar por Sedex, laudo médico original (expedido no máximo há 90 (noventa) dias antes do término das inscrições), que ateste a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, para o seguinte endereço: Diretoria de Processos Seletivos – DIPS/UFLA, Centro Administrativo da UFLA, Caixa Postal 3037, CEP 37200-000, Lavras/MG, com data de postagem até o dia **3/8/2016, impreterivelmente**, ou entregar pessoalmente na secretaria da DIPS/UFLA, até essa mesma data, nos horários das **8h às 11h30 e das 14h às 17h30**.

2.8.4. O candidato que, em razão de alguma **limitação temporária**, necessitar de **atendimento especial** para a realização das provas, deverá marcar o campo correspondente no ato da inscrição, informar quais condições necessita, nos termos do subitem **2.10** e também encaminhar laudo médico original nos mesmos moldes definidos no subitem **2.8.3** deste Edital.

2.8.5. O candidato que **utiliza órtese, prótese** (auditiva, de locomoção e/ou outras) ou **marca-passo**, ou **que tiver necessidade de fazer uso de medicação no decorrer da prova**, deverá marcar o campo correspondente no ato do preenchimento do requerimento de inscrição, nos termos do subitem **2.10** e também encaminhar laudo médico original nos mesmos moldes definidos no subitem **2.8.3** deste Edital.

2.8.6. Após o preenchimento dos campos, o candidato deverá gerar e imprimir o **REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO**. Serão impressos:

- **BOLETO BANCÁRIO**, que conterà as informações do candidato, nº de controle e código de barras. Por meio desse boleto, será efetuado o pagamento da taxa de inscrição;
- **VIA DO CANDIDATO**, que conterà todas as informações prestadas pelo candidato e o mesmo número de controle impresso no boleto bancário.

2.8.7. Antes de efetuar o pagamento, o candidato deverá **conferir** na via do candidato o cargo para o qual pretende concorrer e as demais informações prestadas no ato da inscrição. Caso haja algum dado incorreto, o candidato deverá desconsiderar o requerimento de inscrição (via do candidato e boleto bancário) e fazer nova inscrição seguindo todos os passos novamente. A inscrição se finda com o pagamento da taxa.

2.8.8. O candidato é o único responsável pelo completo e correto preenchimento do Requerimento de Inscrição, sendo de sua inteira responsabilidade as informações nele prestadas e o envio dos documentos citados nos subitens **2.8.3 a 2.8.5** deste Edital, bem como o pagamento da taxa de inscrição, no prazo previsto neste Edital.

2.8.9. A UFLA exime-se de quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas ou endereço inexato ou incompleto, fornecidos pelo candidato.

2.8.10. O candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição até o dia **2/8/2016**, por meio do boleto bancário. Esse pagamento poderá ser efetuado em qualquer agência bancária no Território Nacional, preferencialmente no Banco do Brasil, em seu horário normal de funcionamento, em postos de autoatendimento ou via internet (observar o horário estabelecido pelo banco para quitação nesta data), bem como nas casas lotéricas, obedecendo aos critérios estabelecidos nesses correspondentes bancários.

2.8.10.1. Em nenhuma hipótese haverá prorrogação de prazo para pagamento da taxa de inscrição previsto neste Edital, ainda que o último dia do referido prazo (**2/8/2016**) seja feriado estadual, distrital ou municipal no local escolhido pelo candidato para o pagamento.

2.8.11. A inscrição só será efetivada mediante a comprovação do pagamento da taxa de inscrição, pelo Banco do Brasil, baseando-se no código de barras impresso no boleto. Será considerado como válido somente o requerimento cujo número for o mesmo que se encontra no boleto por meio do qual a taxa de inscrição foi paga.

2.8.12. A UFLA não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por quaisquer motivos de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, procedimento indevido do candidato, fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, bem como problemas de ordem bancária.

2.8.13. É de inteira responsabilidade do candidato ficar de posse do requerimento de inscrição e do comprovante de pagamento para futura comprovação, caso haja necessidade.

2.8.14. NÃO SERÃO CONSIDERADAS AS INSCRIÇÕES: que forem realizadas por agendamento bancário sem a devida comprovação da respectiva efetivação do pagamento; cujo pagamento tenha sido realizado após o dia **2/8/2016**; cujo pagamento tenha sido realizado por depósito bancário em conta.

2.8.15. SERÃO CANCELADAS AS INSCRIÇÕES: cujo pagamento da taxa for efetuado por cheque e esse não for compensado por qualquer motivo; com pagamento de valores diferentes dos estabelecidos no subitem 2.5 deste Edital, de acordo com cada Nível de Classificação.

2.8.16. Em caso de pagamento de dois ou mais requerimentos de inscrição de um mesmo candidato, será considerado válido o que apresentar a data de pagamento mais recente e, se o pagamento tiver sido efetuado na mesma data, será considerado o último requerimento preenchido. Os demais requerimentos serão cancelados automaticamente e não haverá devolução da taxa de inscrição.

2.8.17. Não será permitida transferência do valor pago como taxa de inscrição para outra pessoa, bem como transferência da inscrição para pessoa diferente daquela que a realizou.

2.8.18. Em hipótese alguma, a taxa de inscrição será devolvida, salvo em caso de cancelamento do concurso por parte da UFLA.

2.9. Isenção da taxa de inscrição: A UFLA empregará os termos do artigo 1º do Decreto nº 6.593, de 2/10/2008, para isenção da taxa de inscrição, sendo considerado como isento o candidato que:

a) estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135, de 26/6/2007; e

b) for, **comprovadamente**, membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135/2007. Considera-se família de baixa renda, de acordo com o referido decreto, aquela com renda familiar mensal *per capita* de até meio salário mínimo, ou a que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos.

2.9.1. A isenção deverá ser solicitada marcando o campo correspondente no requerimento de inscrição, disponível no endereço eletrônico www.prgdp.ufla.br/concurso/ta, somente no período **13 a 15/7/2016**. O candidato deverá: **a)** informar o **seu próprio Número de Identificação Social – NIS**, atribuído pelo CadÚnico (**o NIS é pessoal e intransferível**; portanto, o candidato que informar o NIS de outra pessoa terá o seu pedido de isenção indeferido); **b)** declarar ser, comprovadamente, membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135/2007.

2.9.1.1. A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6/9/1979.

2.9.2. O candidato de baixa renda que não possui o NIS deverá providenciá-lo no Setor de Serviço Social da Prefeitura de sua cidade.

2.9.3. Será gerado um **comprovante de solicitação de isenção da taxa de inscrição**, constando o número do requerimento de inscrição e os dados fornecidos pelo candidato. É de inteira responsabilidade do candidato imprimir e ficar de posse do comprovante de solicitação de isenção da taxa de inscrição para futura conferência, caso haja necessidade.

2.9.4. A UFLA consultará o Órgão Gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato. O candidato só terá seu pedido de isenção deferido se **o NIS for validado pelo Órgão Gestor do CadÚnico**.

2.9.5. O resultado do pedido de isenção será divulgado oficialmente no endereço eletrônico www.prgdp.ufla.br/concurso/ta, a partir do dia **22/7/2016**. A UFLA não se responsabiliza por outras formas de publicação e/ou informação do resultado.

2.9.6. É de exclusiva responsabilidade do candidato informar-se sobre o resultado do pedido de isenção.

2.9.7. O candidato que tiver seu NIS validado pelo Órgão Gestor do CadÚnico será isento do pagamento da taxa e estará automaticamente inscrito no concurso, devendo observar as datas e os prazos estabelecidos neste Edital.

2.9.8. O candidato que tiver seu pedido de isenção **INDEFERIDO**, caso queira efetivar sua inscrição, poderá interpor recurso contra o resultado do pedido de isenção, conforme estabelecido no item 7 deste Edital, ou efetuar o pagamento da taxa de inscrição, nos termos dos subitens **2.8.6 a 2.8.18** deste Edital. Caso o recurso seja indeferido, o candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição nos termos dos subitens 2.8.6 a 2.8.18 deste Edital.

2.9.9. Em caso de dois ou mais requerimentos de inscrição de um mesmo candidato isento, será considerado válido o último requerimento preenchido.

2.9.10. Não serão estornados valores da taxa de inscrição dos candidatos contemplados com isenção e que já tenham efetivado o pagamento da taxa de inscrição no concurso a que se refere este Edital.

2.10. DO ATENDIMENTO ESPECIAL PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS

2.10.1. A PESSOA COM DEFICIÊNCIA, que se enquadrar nas categorias descritas no art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20/12/1999, alterado pelo Decreto nº 5.296, de 2/12/2004, e necessitar de atendimento especial

e/ou tempo adicional para a realização das provas, deverá marcar o campo correspondente no ato do preenchimento do requerimento de inscrição, conforme consta no item **2.8.3** deste Edital;

2.10.2. A PESSOA QUE, EM RAZÃO DE ALGUMA LIMITAÇÃO TEMPORÁRIA, necessitar de atendimento especial para a realização das provas, deverá marcar o campo correspondente no ato do preenchimento do requerimento de inscrição, conforme consta no subitem **2.8.3** deste Edital;

2.10.3. A PESSOA QUE UTILIZA ÓRTESE, PRÓTESE (auditiva, de locomoção e/ ou outras) ou **MARCA-PASSO, OU QUE TIVER NECESSIDADE DE FAZER USO DE MEDICAÇÃO NO DECORRER DAS PROVAS,** deverá marcar o campo correspondente no ato do preenchimento do requerimento de inscrição, conforme consta no subitem **2.8.3** deste Edital.

2.10.4. Ao marcar o campo correspondente, referente a qualquer uma das situações previstas nos subitens **2.10.1, 2.10.2 e 2.10.3** deste Edital, será disponibilizado um link para um formulário específico, que deverá ser impresso, preenchido, assinado e encaminhado à DIPS. Ao formulário deverá ser juntado laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência. A documentação deverá ser enviada por Sedex ao endereço da DIPS - Caixa Postal 3037, CEP 37200-000, Lavras/MG, com data de postagem até o dia **3/8/2016, impreterivelmente,** ou entregue pessoalmente na secretaria da DIPS/UFLA, até essa mesma data, nos horários das **8h às 11h30 e das 14h às 17h30.**

2.10.4.1. A análise dos documentos será realizada por uma Junta Médica da UFLA que, a seu critério, poderá exigir outros documentos médicos e/ou a presença do candidato na Coordenadoria de Saúde Ocupacional – CSO/UFLA, em data estabelecida pela própria Junta Médica, para que seja feito um laudo pericial. O atendimento às condições especiais solicitadas ficará sujeito à razoabilidade e viabilidade do pedido e, caso a Junta Médica julgue o pedido procedente, determinará as condições em que o candidato fará a prova. **A locomoção ficará por conta do candidato.**

2.10.5. A CANDIDATA LACTANTE QUE TIVER NECESSIDADE DE AMAMENTAR durante a realização das provas deverá solicitar atendimento especial para tal fim, marcando o campo correspondente no ato do preenchimento do requerimento de inscrição, conforme consta no item **2.8.3** deste Edital. Com esse procedimento, será disponibilizado um link para um formulário específico que deverá ser impresso, preenchido, assinado e encaminhado à DIPS. No referido formulário, além dos dados da criança, deverão ser indicados o nome, número do documento de identidade e CPF de um **ACOMPANHANTE,** que ficará responsável pela guarda da criança durante a realização da prova. O formulário, juntamente com cópias da CERTIDÃO DE NASCIMENTO da criança e dos documentos do acompanhante indicados no formulário, deverão ser enviados por Sedex no seguinte endereço: Diretoria de Processos Seletivos – DIPS/UFLA, Centro Administrativo, Caixa Postal 3037, CEP 37200-000, Lavras/MG, com data de postagem até o dia **3/8/2016, impreterivelmente,** ou entregue pessoalmente na secretaria da DIPS/UFLA, até essa mesma data, nos horários **das 8h às 11h30 e das 14h às 17h30.**

2.10.5.1. Nos dias das provas, o acompanhante deverá comparecer com a criança ao local designado pela DIPS, no mesmo horário que a candidata e apresentar o seu documento de identidade e CPF. O acompanhante ficará com a criança em sala reservada, juntamente com um fiscal designado pela UFLA.

2.10.5.1.1. Após o horário estabelecido, não será mais permitida a entrada do acompanhante e da criança no local designado, ficando a candidata impedida de amamentar durante a realização da prova.

2.10.5.2. A candidata fará as provas em sala normal, com os demais candidatos. A DIPS não disponibilizará acompanhante para a guarda da criança; portanto, a candidata que comparecer com a criança sem acompanhante, para esse fim, ficará impedida de ter acesso ao local de provas.

2.10.5.3. Nos momentos necessários, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal, do sexo feminino, designado pela UFLA. Os pertences da candidata ficarão na sala de prova.

2.10.5.4. A amamentação dar-se-á em sala reservada para esse fim. Nessa sala ficará apenas a candidata lactante, a criança e a fiscal, sendo vedada a permanência do acompanhante da criança.

2.10.5.5. O tempo gasto com a amamentação não será acrescido ao tempo total da prova.

2.10.6. Não será permitida a presença de acompanhantes aos candidatos com necessidades especiais. Todo atendimento especial será realizado por profissionais designados pela UFLA.

2.10.7. O resultado da solicitação de atendimento especial será disponibilizado ao candidato no endereço eletrônico **www.prgdp.ufla.br/concurso/ta,** até o dia **22/8/2016.** A DIPS/UFLA não se responsabiliza por outras formas de publicação e/ou informação do resultado.

2.10.8. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado da solicitação de atendimento especial, conforme estabelecido no item **8** deste Edital.

2.10.9. O candidato que não solicitar atendimento especial no ato da inscrição ou deixar de cumprir as normas estabelecidas fará a prova nas mesmas condições que os demais candidatos.

2.11. DA VERIFICAÇÃO DA INSCRIÇÃO

2.11.1. O candidato deverá verificar se sua inscrição foi efetivada, acessando o Cadastro do Candidato no endereço eletrônico **www.prgdp.ufla.br/concurso/ta**, a partir do dia **5/8/2016**, usando seu número de CPF e data de nascimento.

2.11.1.1. Conferência do pagamento da taxa de inscrição: caso o pagamento da taxa de inscrição não tenha sido comprovado, o interessado deverá preencher o formulário eletrônico que será disponibilizado no endereço acima citado e **anexar cópia digital de seu comprovante de pagamento, obrigatoriamente no formato PDF ou JPG, até o dia 10/8/2016.** Sua inscrição só será efetivada após a comprovação de que o pagamento foi realizado até o dia **2/8/2016.**

2.11.1.1.1. Após o dia 10/8/2016, não serão aceitas comprovações de pagamentos; portanto, aquele que deixar de observar o disposto no subitem anterior, no período estabelecido, não terá o direito de recorrer posteriormente.

2.11.1.2. Conferência dos dados da inscrição: conferir seus dados fornecidos no requerimento de inscrição. Para corrigir dados incorretos, o candidato deverá preencher o formulário eletrônico que será disponibilizado no endereço eletrônico acima citado, no período de **5 a 10/8/2016.** Todas as alterações estarão sujeitas à análise da DIPS/UFLA. As alterações consideradas pertinentes poderão ser consultadas no Cadastro do Candidato, a partir do dia **11/8/2016.**

2.11.1.2.1. O candidato que tiver fornecido data de nascimento incorreta no ato da inscrição, e não solicitar a correção, não poderá alegar posteriormente essa condição para reivindicar prerrogativa legal.

2.12. DO COMPROVANTE DEFINITIVO DE INSCRIÇÃO (PRIMEIRA FASE)

2.12.1. O Comprovante Definitivo de Inscrição será disponibilizado, **exclusivamente pela Internet**, no endereço eletrônico **www.prgdp.ufla.br/concurso/ta**, a partir do dia **16/9/2016.** O candidato deverá imprimi-lo, pois a DIPS/UFLA **NÃO ENVIARÁ** o comprovante ao candidato.

2.12.2. No comprovante definitivo de inscrição, constarão os dados pessoais do candidato, **DATA, HORÁRIO, ENDEREÇO E SETOR DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS**, bem como outras orientações necessárias.

2.12.3. O comprovante definitivo de inscrição, **IMPRESSO em papel**, deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado no setor de realização da prova, juntamente com o documento de identidade (com fotografia) informado no ato da inscrição.

3. DAS VAGAS RESERVADAS

3.1. Devido ao número restrito de vagas destinadas a cada cargo, **NÃO haverá reserva de vagas para candidatos com deficiência**, conforme previsto na legislação vigente.

3.2. Aos Candidatos Negros

3.2.1. Os candidatos negros amparados pela Lei nº 12.990, de 9/6/2014, poderão, nos termos do presente Edital, concorrer à(s) vagas reservadas aos negros, na proporção de 1/5 (20%) de vagas reservadas. Será reservada, para o presente Edital, 1 (uma) vaga das 3 (três) oferecidas para os cargos de Assistente de Laboratório e Técnico de Laboratório/Química.

3.2.1.1. Considera-se negro aquele que, no ato da inscrição, se autodeclarar preto ou pardo conforme quesito de cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de acordo com o art. 2º da Lei nº 12.990/2014.

3.2.1.2. Se novas vagas vierem a ser autorizadas pelos órgãos competentes dentro do prazo de validade do concurso, a(s) vaga(s) para negros será(ão) reservada(s) na proporção de 20% (vinte por cento), observados os critérios de alternância e proporcionalidade dispostos no Anexo II a este Edital.

3.2.1.3. No cálculo da reserva de vaga, a parte decimal do resultado da divisão deverá ser arredondada para cima se igual ou superior a 0,5 (meio); ou arredondada para baixo se inferior a 0,5 (meio).

3.2.2. Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deverá, no ato da inscrição, informar se irá concorrer às vagas reservadas para negros, bem como se autodeclarar preto ou pardo, conforme quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

3.2.2.1. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço público, após procedimento administrativo em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, em conformidade com o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 12.990/2014.

3.2.2.2. A autodeclaração terá validade, exclusivamente, para este Edital, não podendo ser utilizada para outros processos de qualquer natureza que não estejam previstos em Lei.

3.2.2.3. As informações prestadas no momento da inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, devendo este responder por qualquer falsidade.

3.2.3. Os candidatos negros participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, à data, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para os demais candidatos.

3.2.4. O candidato negro concorrerá concomitantemente às vagas reservadas aos negros e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

3.2.5. O candidato negro, se classificado, figurará em lista específica para negros e poderá figurar na lista geral de classificação (ampla concorrência).

3.2.6. Ocupará a vaga reservada o candidato negro que obtiver a maior nota final, comparativamente aos demais candidatos da lista específica para negros.

3.2.7. Na hipótese de não haver candidatos negros aprovados em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão destinadas a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação do concurso.

3.3. Os candidatos concorrentes às vagas reservadas, se aprovados, nomeados e empossados, terão a utilização ou não da vaga reservada computada de acordo com os critérios de alternância e proporcionalidade previstos no Anexo II a este Edital.

3.4. Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

3.5. Não caberá pedido de recurso de reserva de vaga para aqueles que, no ato da inscrição, não manifestarem o interesse em concorrer às vagas reservadas.

4. DAS FASES DO CONCURSO (DAS PROVAS)

4.1. O concurso consistirá de duas fases para todos os cargos, ambas de caráter eliminatório e classificatório.

4.1.1. PRIMEIRA FASE

4.1.1.1. A primeira fase constará de uma prova objetiva, contendo questões de múltipla escolha, conforme disposto no QUADRO 2, a seguir:

QUADRO 2. Conteúdos, nº de questões, pesos e total de pontos

CARGO DE NÍVEL C			
Conteúdos	Nº de Questões	Pesos	Total de pontos
Língua Portuguesa	14	1	14
Matemática	8	1	8
Legislação	8	1	8
Conhecimento Específico*	25	2	50
Total Prova Objetiva	55		80
CARGOS DE NÍVEL D			
Conteúdos	Questões	Pesos	Total de pontos
Língua Portuguesa	14	1	14
Matemática	8	1	8
Legislação	8	1	8
Conhecimento Específico*	35	2	70
Total Prova Objetiva	65		100

CARGO DE NÍVEL E			
Conteúdos	Questões	Pesos	Total de pontos
Língua Portuguesa	15	1	15
Legislação	15	1	15
Conhecimento Específico*	35	2	70
Total Prova Objetiva	65		100

* Aspectos teóricos e teórico-práticos sobre o exercício do cargo.

4.1.1.2. Serão **ELIMINADOS** do concurso os candidatos que obtiverem pontuação 0 (zero) em qualquer um dos conteúdos da prova objetiva ou que obtiverem pontuação inferior a 50% nas questões de Conhecimento Específico.

4.1.1.3. Os candidatos não eliminados, conforme o item **4.1.1.2.** deste Edital, serão classificados para participarem da segunda fase, em ordem decrescente do total de pontos obtidos na primeira fase, por cargo, até os limites dispostos no Quadro 3, conforme disposto no subitem **4.1.2.4** deste Edital.

4.1.2. SEGUNDA FASE

4.1.2.1. A segunda fase constará de uma prova prática, com valor de 80 pontos para o cargo de nível C e de 100 pontos para os cargos de nível D e E.

4.1.2.2. A prova prática consistirá de atividades específicas relacionadas ao cargo, abrangendo conhecimento técnico, capacidade e/ou habilidade operacional, escolha e aplicação de metodologias, utilização de equipamentos/instrumentos, adequação ao tempo estabelecido para a realização da prova, entre outras atividades e fatores similares.

4.1.2.3. Somente serão convocados para realizarem a prova prática os candidatos que forem classificados até o limite estabelecido no QUADRO 3, abaixo, incluindo os candidatos empatados na última colocação para cada cargo.

4.1.2.4. Os candidatos classificados além do limite estabelecido no QUADRO 3 e que não atendam à condição de empate na última colocação, conforme estabelecido no item **4.1.2.3**, serão **ELIMINADOS** do concurso.

QUADRO 3. Limite de convocados para a segunda fase (prova prática), por cargo

Nível de classificação	Cargos	Limite de candidatos a serem convocados para a prova prática
C	Assistente de Laboratório	15
	Assistente de Laboratório (vaga reservada para negros conforme item 3.2 do Edital)	10
D	Técnico de Laboratório/Bioquímica	10
	Técnico de Laboratório/Química	15
	Técnico de Laboratório/Química (vaga reservada para negros conforme item 3.2 do Edital)	10
	Técnico em Edificações	10
E	Regente	10
TOTAL		80

4.1.2.4.1. Especificamente para os cargos de Assistente de Laboratório e Técnico de Laboratório/Química, o número total de candidatos a serem convocados para a prova prática será de 25 (vinte e cinco). Caso não haja número suficiente de candidatos convocados em uma das modalidades (Ampla Concorrência ou Vaga Reservada), a diferença será compensada automaticamente na outra modalidade.

4.1.2.5. Serão **ELIMINADOS** no concurso os candidatos que obtiverem pontuação inferior a 50% (cinquenta por cento) no total de pontos estabelecidos para esta fase (prova prática).

4.1.2.6. As relações dos candidatos convocados para a realização das provas práticas (segunda fase) serão divulgadas no endereço eletrônico www.prgdp.ufla.br/concurso/ta, juntamente com o resultado da primeira fase. Cabe ao candidato consultá-la.

4.2. Os programas da prova estarão disponíveis no endereço eletrônico www.prgdp.ufla.br/concurso/ta, a partir da data de publicação deste edital.

5. DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

5.1. PRIMEIRA FASE: PROVA OBJETIVA

5.1.1. A **prova objetiva** será realizada em Lavras-MG, na data prevista de **25/9/2016**. O endereço completo do setor de realização da prova será indicado no Comprovante Definitivo de Inscrição do candidato, conforme subitem 2.12.2 deste Edital.

5.1.1.1. É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do endereço e do setor de realização da sua prova, bem como o comparecimento no horário determinado.

5.1.2. A duração máxima de realização da prova será de 4 (quatro) horas, com início previsto para as 13 horas e 30 minutos e término previsto para as 17 horas e 30 minutos (horário oficial de Brasília), incluindo o tempo para o preenchimento do formulário de respostas.

5.1.2.1. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a realização da prova em razão de afastamento do candidato da sala de prova ou para preenchimento do seu formulário de respostas.

5.1.2.2. À UFLA reserva-se o direito de alterar o horário de início, a data e local de realização da prova, em casos fortuitos ou por motivo de força maior.

5.2. Recomenda-se que os candidatos cheguem aos setores de realização da prova com antecedência, eximindo-se a UFLA da responsabilidade por eventuais atrasos dos candidatos. **As portarias dos setores de realização da prova serão abertas às 12h30 e fechadas, pontualmente, às 13h15. Não haverá, em nenhuma hipótese, tolerância para a entrada dos candidatos nos setores de realização da prova após as 13h15.** O candidato que chegar ao setor de realização da prova após o fechamento das portarias ficará impedido de participar do concurso, sendo automaticamente eliminado.

5.2.1.1. A critério da UFLA, em razão de fatores externos, poderá ser prorrogado o horário de fechamento das portarias de acesso aos setores onde serão realizadas as provas, mantida a duração máxima de 4 horas prevista no subitem 5.1.2 deste Edital.

5.2.2. A UFLA não se responsabiliza por quaisquer problemas de trânsito ou congestionamento das vias de acesso público, internas ou externas aos setores de provas.

5.2.3. O acesso ao setor de realização da prova só será permitido mediante a apresentação do **COMPROVANTE DEFINITIVO DE INSCRIÇÃO, IMPRESSO em papel** e do **DOCUMENTO DE IDENTIDADE (com fotografia)** indicado no requerimento de inscrição.

5.2.3.1. O documento de identidade deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo de documento.

5.2.3.2. Na hipótese de extravio, perda, furto ou roubo do documento de identidade informado no ato da inscrição, o candidato poderá apresentar outro documento, desde que seja um dos documentos listados no subitem 2.6 deste Edital; nesse caso ele será conduzido à sala da Coordenação, para verificação. Caso não seja possível a apresentação de outro documento, o candidato deverá apresentar boletim de ocorrência (BO) de órgão policial constando o ocorrido (extravio, perda, furto ou roubo), expedido no máximo há 60 (sessenta) dias da aplicação das provas, e será conduzido à sala da Coordenação para identificação especial, que compreende a coleta de dados e assinatura em formulário próprio.

5.2.4. Ao entrar na sala de aplicação da prova, o candidato deverá localizar a carteira etiquetada com o seu nome e nº de inscrição e nela posicionar-se. Conferir se os dados constantes na etiqueta correspondem aos seus e aguardar as instruções dos aplicadores.

5.2.5. Durante a realização da prova, será adotado o procedimento de identificação civil dos candidatos, mediante verificação do documento de identidade, coleta da assinatura e coleta da impressão digital. O candidato que se negar a ser identificado terá sua prova anulada e, com isso, será automaticamente eliminado do concurso.

5.2.6. Os candidatos deverão permanecer **na sala de realização da prova** por, no mínimo, **90 (noventa) minutos após o início da aplicação**. Caso seja necessário, esse período poderá ser estendido.

5.2.6.1. O candidato que insistir em sair da sala de prova, descumprindo o que prevê o subitem 5.2.6, deverá assinar o Termo de Ocorrência que será lavrado pelo Supervisor do setor, declarando sua desistência do concurso público. Caso o candidato se negue a assinar o documento, o Termo de Ocorrência será assinado por três testemunhas.

5.2.7. A UFLA poderá, durante a realização da prova, efetuar filmagens e/ou fotografar os candidatos, bem como fazer uso de detector de metal.

5.2.7.1. O candidato portador de **MARCA-PASSO**, caso não possa ser submetido à verificação por detector de metais, deverá comunicar à DIPS previamente, conforme o disposto no subitem **2.10.3.** deste Edital, e portar, no dia da prova, declaração da junta médica da UFLA que explicita esta proibição. É de responsabilidade do candidato comunicar essa condição ao Fiscal de Segurança.

5.2.8. Durante a realização da prova, o candidato deverá munir-se **APENAS de caneta de corpo transparente de tinta azul.** Não será permitido o empréstimo de material de qualquer natureza pelos candidatos durante a aplicação da prova; portanto, sugere-se ao candidato que leve mais de uma caneta.

5.2.9. Durante a realização da prova, é proibido ao candidato manter em seu poder os itens relacionados abaixo, sob pena de ser retirado do local e ser eliminado do concurso:

a) *bip, pager, walkman, smartphone, tablet, ipod®, pendrive, mp3* e similares, fones de ouvido, agenda eletrônica e similares, relógio de qualquer gênero, celular e assemelhados, controle remoto de alarme de carros e assemelhados, aparelhos eletrônicos ou de telecomunicações de qualquer espécie, mesmo que desligados;

b) caneta diferente da recomendada no subitem **5.2.8** deste Edital, lápis, lapiseira, borracha, régua, estilete, apontador, corretivo, calculadora;

c) textos de qualquer natureza, cadernos, blocos de notas, agendas, livros, manuais, qualquer tipo de impresso ou similar;

d) bolsa, carteira, luvas, óculos de lentes escuras, capacete, boné, touca, balaclava, gorro, viseira, chapéu e similares;

5.2.9.1. O candidato que se apresentar em sala com qualquer dos objetos relacionados acima deverá acomodá-los no envelope plástico fornecido pela UFLA, identificar o envelope e colocá-lo em local indicado pelo aplicador (desligar qualquer aparelho antes de guardá-lo), ficando a equipe de aplicação e a UFLA isentas da responsabilidade por perda ou dano de objetos durante o processo.

5.2.10. Não será permitida a entrada de candidatos no local de realização da prova portando armas, ainda que detenha autorização para o respectivo porte.

5.2.11. É aconselhável aos candidatos que tenham cabelos longos mantê-los presos, com as orelhas descobertas, bem como a retirada de qualquer tipo de adorno, especialmente em suas orelhas, durante a realização da prova. O aplicador fica autorizado a proceder à verificação de qualquer tipo de adorno, visando à segurança e ao sigilo da prova.

5.2.12. Candidatos portadores de órteses e próteses (auditivas, de locomoção e/ou outras) ou que tiverem necessidade de fazer uso de medicação no decorrer das provas, deverão informar à DIPS/UFLA, conforme subitem **2.10.3** deste Edital. O uso desses dispositivos, sem autorização prévia da DIPS/UFLA, será considerado fraude e o candidato será eliminado do concurso.

5.2.13. Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do concurso, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, o candidato que, quando da sua realização:

a) apresentar-se após o horário previsto;

b) não realizar a prova, independentemente do motivo;

c) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais em benefício próprio ou de terceiros;

d) for surpreendido comunicando-se com outras pessoas ou portando qualquer dos objetos especificados no item **5.2.9** deste Edital, mesmo que desligados;

e) atentar contra a disciplina ou desacatar quem quer que esteja investido de autoridade para coordenar, supervisionar, orientar ou fiscalizar a aplicação da prova, ou perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;

f) recusar-se a permanecer em sala no tempo mínimo previsto no subitem **5.2.6** deste Edital;

g) recusar-se a permanecer em sala até o término das provas, caso esteja entre os 3 (três) últimos candidatos em sala, em conformidade com o subitem **5.2.23** deste Edital;

h) recusar-se a entregar o caderno de prova e/ou o formulário de respostas, ao término do tempo estabelecido para a sua realização;

i) afastar-se da sala sem o acompanhamento de um fiscal antes do término de sua prova;

j) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o caderno de prova, o formulário de respostas e/ou qualquer outro material não autorizado;

- k) descumprir as instruções contidas nos formulários de respostas e/ou caderno de prova com prejuízo à regularidade dos procedimentos;
- l) praticar demais atos que contrariem as normas do Edital e normas complementares.
- 5.2.14.** O candidato receberá um caderno no qual constam as questões referentes aos respectivos conteúdos. Esse caderno poderá ser utilizado **SOMENTE** como rascunho para o desenvolvimento das questões. Enquanto estiver aguardando a autorização para o início da prova, o candidato deverá **LER ATENTAMENTE** as instruções impressas na capa do caderno. Elas devem ser rigorosamente seguidas e integram as normas do concurso e deste Edital.
- 5.2.15. Após a autorização para o início da prova, o candidato deverá verificar se há falhas em seu caderno de questões.** Caso sejam constatadas quaisquer irregularidades (na impressão ou outras), informar imediatamente ao aplicador. É de inteira responsabilidade do candidato eventuais prejuízos causados pela não observância deste item.
- 5.2.16.** Durante a realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação, informações referentes às questões e/ou aos critérios de avaliação e classificação.
- 5.2.17. Formulário de respostas**
- 5.2.17.1.** O candidato receberá um formulário no qual deverá responder às questões de múltipla escolha.
- 5.2.17.2.** Nesse formulário, estão indicados o seu nome, o número de inscrição, a data, a opção do cargo e o setor de realização da prova. O candidato deverá verificar se os dados estão corretos e, em caso de divergência, comunicar ao aplicador.
- 5.2.17.3.** O candidato deverá assinar o formulário de respostas somente dentro da quadrícula indicada.
- 5.2.17.4.** Cada questão admite apenas uma alternativa correta (letra A, B, C ou D). O candidato deverá preencher totalmente o círculo correspondente à alternativa que deseja marcar, conforme instrução no formulário, usando **exclusivamente caneta de tinta azul** e deverá reforçar a marca, cuidando para que ela não ultrapasse o círculo correspondente. Ao final do caderno de prova, há uma folha de rascunho para respostas. O candidato deverá transcrever as alternativas para o formulário de respostas, tendo o cuidado de conferir, antes da transcrição, as respostas contidas no rascunho. Será de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento do seu formulário de respostas.
- 5.2.17.4.1.** Os rascunhos e as marcações assinaladas no caderno de provas não serão considerados para fins de correção.
- 5.2.17.5.** O formulário de respostas não poderá ser rasurado, dobrado, amassado ou danificado, e em hipótese alguma será substituído, a não ser por falha da organização do concurso.
- 5.2.17.6.** O formulário de respostas será lido em scanner óptico e qualquer dano, conforme indicado no subitem anterior, ou marcação em cor clara ou diferente da indicada, poderá comprometer a leitura, isentando a UFLA de responsabilidade.
- 5.2.18.** As assinaturas na lista de presença e no formulário de respostas são de inteira responsabilidade do candidato.
- 5.2.19.** A devolução do caderno de provas e do formulário de respostas ao aplicador é de inteira responsabilidade do candidato.
- 5.2.20.** Não será permitido ao candidato levar o caderno de provas, que ficará com o aplicador. Os candidatos poderão sair somente com o rascunho do gabarito, desde que não tenha nenhuma anotação, a não ser as marcações das respostas.
- 5.2.21.** Não será permitido ao candidato alimentar-se dentro da sala de prova. O candidato que necessitar fazê-lo deverá solicitar ao aplicador o seu encaminhamento a um lugar destinado para esse fim. O tempo gasto nessa atividade não será acrescido ao tempo de prova.
- 5.2.21.1.** Em sala o candidato poderá tomar água, desde que esteja armazenada em garrafa de plástico de corpo transparente, sem rótulo.
- 5.2.22.** Não será permitido que os candidatos fumem durante a realização da prova, de acordo com a legislação vigente (art. 2º da Lei nº 9.294, de 15/07/1996 e art. 3º do Decreto nº 2.018, de 01/10/1996, alterado pelo Decreto nº 8.262 de 31/5/2014).
- 5.2.23.** Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão se retirar da sala de prova, simultaneamente, para garantir a lisura nos procedimentos de aplicação do concurso.
- 5.2.24.** O candidato que finalizar e entregar a prova, antes do término do horário previsto, não poderá mais fazer uso das instalações sanitárias do setor de realização da prova, a não ser em situações de emergência, com a autorização do Supervisor.

5.2.25. O caderno de prova e o gabarito preliminar serão divulgados no endereço eletrônico www.prgdp.ufla.br/concurso/ta, a partir das 10 horas do dia seguinte à sua realização. Não será fornecido gabarito por e-mail, fax ou telefone.

5.3. SEGUNDA FASE: PROVA PRÁTICA

5.3.1. A segunda fase (prova prática) será realizada em Lavras - MG, em data, horário e local a serem divulgados no endereço eletrônico www.prgdp.ufla.br/concurso/ta, por meio de edital complementar, por ocasião da divulgação do resultado preliminar da primeira fase.

5.3.2. Por questão de sigilo, todos os candidatos ficarão isolados no local de apresentação para a realização das provas, sob fiscalização da Instituição, a partir do horário de entrada no local estabelecido para cada cargo, sendo os candidatos liberados somente após a realização de sua prova, ou em caso de desistência.

5.3.3. A UFLA **não fornecerá lanche aos candidatos**. Cabe a cada um levar o seu lanche, pois a partir do fechamento dos portões, todos os candidatos ficarão impedidos de se comunicar com o meio externo.

5.3.4. Os candidatos farão as provas por ordem de sorteio, que será realizado antes do horário estabelecido para o início das provas.

5.3.5. Os candidatos deverão estar cientes dos riscos ao executarem tarefas constantes da prova prática. A UFLA exime-se de quaisquer responsabilidades por acidentes ocasionados por imprudência ou imperícia dos candidatos.

5.3.6. No edital complementar, serão apresentadas as demais informações referentes à aplicação da prova prática.

5.3.7. Em hipótese alguma haverá segunda chamada para a realização da prova, sendo atribuída nota zero ao candidato ausente ou retardatário, seja qual for o motivo alegado.

5.3.8. É de exclusiva responsabilidade do candidato informar-se do edital complementar, da convocação, bem como da data, horário e local de realização da sua prova.

6. DA CORREÇÃO

6.1. PRIMEIRA FASE: PROVAS OBJETIVAS

6.1.1. As questões de múltipla escolha serão corrigidas por sistema eletrônico de computação, com a utilização de scanner óptico.

6.1.2. Em caso de anulação de questões pela UFLA, os respectivos pontos serão atribuídos a todos os candidatos que estiveram presentes à prova.

6.1.3. Questões erradas não anulam questões certas.

6.1.4. Será atribuído **valor 0 (zero)** à questão em branco, à questão errada e à questão em que houver mais de uma alternativa marcada, mesmo que uma das alternativas seja a correta.

6.1.5. Marcações diferentes da estabelecida ou rasuras no formulário de respostas poderão acarretar a anulação da questão durante a leitura eletrônica.

6.2. SEGUNDA FASE: PROVAS PRÁTICAS

6.2.1. Serão corrigidas, em conjunto, por uma banca examinadora constituída de, no mínimo, 3 (três) profissionais designados pelo Reitor, observando-se os critérios a serem estabelecidos no Edital complementar.

7. DA PONTUAÇÃO FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO NO CONCURSO

7.1. O concurso terá pontuação total igual a 160 pontos para o cargo de nível C e 200 pontos para os cargos de nível D e E.

7.2. A pontuação final do candidato no concurso será o somatório dos pontos obtidos na primeira fase (prova objetiva) e na segunda fase (prova prática), observados os seus respectivos pesos.

7.3. A classificação final dos candidatos no concurso dar-se-á na ordem decrescente da pontuação final, por cargo.

7.4. Em caso de empate na pontuação final do concurso, os critérios de desempate obedecerão à seguinte ordem:

a) candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia de inscrição no concurso, conforme disposto no parágrafo único do artigo 27 do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º/10/2003);

b) candidato que obtiver maior pontuação na prova prática;

c) candidato que obtiver maior pontuação nas questões de Conhecimento Específico da primeira fase (prova objetiva); e

d) persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

7.5. Em conformidade com o Anexo II do Decreto nº 6.944/09, serão considerados **APROVADOS**, por cargo, os candidatos classificados até o **número máximo de candidatos permitido para aprovação**, conforme Quadro 1 deste Edital.

7.5.1. Em atendimento ao § 3º do art. 16 do Decreto nº 6.944/09, todos os candidatos empatados na última classificação de aprovados serão também considerados **APROVADOS**.

7.6. De acordo com o § 1º do art. 16 do Decreto nº 6.944/09, os candidatos classificados acima do **número máximo de candidatos permitido para aprovação** de que trata o seu Anexo II, ainda que não tenham sido eliminados, serão considerados **REPROVADOS** no concurso.

7.7. O resultado final do concurso será homologado pelo Reitor e publicado no *Diário Oficial* da União, em conformidade com a legislação pertinente. O resultado será divulgado no endereço eletrônico www.prgdp.ufla.br/concurso/ta.

8. DOS RECURSOS

8.1. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado do pedido de isenção da taxa de inscrição, contra o resultado da solicitação de atendimento especial, contra o gabarito preliminar e/ou questões da primeira fase, contra o resultado preliminar da primeira fase e contra o resultado preliminar da segunda fase.

8.2. O recurso contra o resultado do pedido de isenção da taxa de inscrição, de que trata o subitem **2.9.5** deste Edital, deverá ser interposto no prazo de **1 (um) dia útil**, a contar da divulgação do resultado, devendo ser apresentada a devida justificativa.

8.2.1. Para interpor recurso o candidato deverá preencher o formulário específico para esse fim, que será disponibilizado no endereço eletrônico www.prgdp.ufla.br/concurso/ta. Não serão aceitos recursos interpostos presencialmente ou por procuração, via Correios, fax ou correio eletrônico.

8.2.2. O recurso será submetido ao Órgão Gestor do CadÚnico, que decidirá, em última instância, acerca do apelo interposto, cabendo à DIPS/UFLA acompanhar a decisão nos termos proferidos.

8.2.3. Não serão analisados os recursos sem fundamentação ou fora das normas estabelecidas neste Edital.

8.2.4. O resultado dos recursos será disponibilizado no endereço eletrônico www.prgdp.ufla.br/concurso/ta, no dia **29/7/2016**.

8.3. O recurso contra o resultado de atendimento especial, de que trata o subitem **2.10.7** deste Edital, deverá ser interposto no prazo de **1 (um) dia útil**, a contar da divulgação do resultado, com fundamentação.

8.3.1. Para interpor recurso o candidato deverá preencher o formulário específico para esse fim, que será disponibilizado no endereço eletrônico www.prgdp.ufla.br/concurso/ta. Não serão aceitos recursos interpostos presencialmente ou por procuração, via Correios, fax ou correio eletrônico.

8.3.2. O recurso será submetido à Junta Médica da UFLA, que decidirá, em última instância, acerca do apelo interposto, cabendo à DIPS/UFLA acompanhar a decisão nos termos proferidos.

8.3.3. Não serão analisados os recursos sem fundamentação ou fora das normas estabelecidas neste Edital.

8.3.4. O resultado dos recursos será disponibilizado no endereço eletrônico www.prgdp.ufla.br/concurso/ta, no dia **2/9/2016**.

8.4. O recurso contra o gabarito preliminar e/ou questões da primeira fase deverá ser apresentado:

a) no prazo de **1 (um) dia útil**, contados a partir da data de divulgação do gabarito preliminar e da prova no endereço eletrônico www.prgdp.ufla.br/concurso/ta;

b) com argumentação lógica, consistente e fundamentada nas referências bibliográficas;

c) especificamente para cada objeto recursal.

8.4.1. Para interpor recurso o candidato deverá preencher o formulário específico para esse fim, que será disponibilizado no endereço eletrônico www.prgdp.ufla.br/concurso/ta. Não serão aceitos recursos interpostos presencialmente ou por procuração, via Correios, fax ou correio eletrônico.

8.4.2. O recurso será examinado pela respectiva Banca Elaboradora da prova, que dará decisão terminativa sobre ele, constituindo-se em única e última instância.

8.4.3. Se do exame do recurso resultar anulação de alguma questão, os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos presentes à prova.

8.4.4. Se do exame do recurso resultar alteração do gabarito, os pontos correspondentes serão atribuídos apenas a favor dos candidatos presentes à prova, cujas respostas coincidirem com as do gabarito alterado.

8.4.5. Não serão analisados os recursos sem fundamentação, fora do prazo ou fora das normas estabelecidas neste Edital.

8.4.6. O resultado dos recursos será disponibilizado no endereço eletrônico www.prgdp.ufla.br/concurso/ta.

8.5. O recurso contra o resultado preliminar da primeira fase deverá ser apresentado no prazo de **1 (um) dia útil**, contado a partir da data de publicação do resultado da primeira fase no endereço eletrônico www.prgdp.ufla.br/concurso/ta.

8.5.1. Para interpor recurso o candidato deverá preencher o formulário específico para esse fim, que será disponibilizado no endereço eletrônico www.prgdp.ufla.br/concurso/ta. Não serão aceitos recursos interpostos presencialmente ou por procuração, via Correios, fax ou correio eletrônico.

8.5.1.1. Os formulários de respostas preenchidos pelos candidatos serão digitalizados e disponibilizados em forma de arquivo para consulta, independentemente da solicitação do candidato, e ficarão disponíveis por 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data de disponibilização. O candidato terá acesso somente às imagens de seus formulários de respostas.

8.5.2. O recurso será analisado pela DIPS/UFLA e pela PRGDP/UFLA, que darão decisão conjunta e terminativa sobre ele, constituindo-se em única e última instância.

8.5.3. Não serão analisados os recursos sem fundamentação ou fora das normas estabelecidas neste Edital.

8.5.4. O resultado dos recursos será disponibilizado no endereço eletrônico www.prgdp.ufla.br/concurso/ta.

8.6. O recurso contra o resultado preliminar da segunda fase (prova prática) deverá ser apresentado no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de publicação do resultado da segunda fase, no endereço eletrônico www.prgdp.ufla.br/concurso/ta.

8.6.1. O candidato que quiser solicitar vista da avaliação da prova prática, deverá fazê-lo pessoalmente, preenchendo o formulário específico para esse fim, disponível no endereço eletrônico www.prgdp.ufla.br/concurso/ta, em até **2 (um) dias úteis**, contados a partir da data de publicação do resultado da segunda fase.

8.6.1.1. A vista da avaliação da prova prática será concedida nas dependências da DIPS/UFLA, localizada no Centro Administrativo do *campus* Universitário da UFLA, mediante a apresentação do documento de identidade do candidato e do formulário citado no subitem anterior, impresso e assinado, nos horários das 8h às 11h30 e das 14h às 17h30, podendo o candidato obter cópias dos referidos documentos, no ato das vistas da avaliação da prova prática.

8.6.1.2. Serão aceitos também pedidos de vista encaminhados por intermédio dos Correios, via Sedex, desde que postados no prazo especificado no subitem **8.6.1** deste Edital e que dêem entrada no Setor de Protocolo da UFLA em até **3 (três) dias úteis** após o respectivo prazo. A DIPS/UFLA não se responsabiliza por atrasos além desse período.

8.6.1.3. A DIPS/UFLA encaminhará cópia das pontuações referentes aos itens de avaliação a serem divulgados no Edital Complementar, no endereço www.prgdp.ufla.br/concurso/ta, também por intermédio dos Correios.

8.6.2. O candidato que, após a solicitação de vistas da avaliação da prova prática, quiser apresentar razões para recurso, deverá fazê-lo no prazo constante do subitem **8.6** deste Edital.

8.6.2.1. Para interpor recurso, o candidato deverá preencher e assinar formulário próprio, disponível no endereço eletrônico www.prgdp.ufla.br/concurso/ta, e protocolar no Setor de Protocolo, localizado no Centro Administrativo da UFLA, no horário das 8h às 11h30 e das 14h às 17h30, endereçado à DIPS/UFLA, observado o prazo estabelecido no subitem **8.6** deste Edital.

8.6.2.2. Serão aceitos também recursos encaminhados por intermédio dos Correios, via Sedex, desde que postados no prazo especificado no subitem **8.6** deste Edital e que dêem entrada no Setor de Protocolo da UFLA em até 3 (três) dias úteis após o referido prazo. A UFLA não se responsabiliza por atrasos além desse período.

8.6.2.3. Não serão aceitos recursos interpostos via fax e/ou via correio eletrônico, assim como recursos interpostos sem assinatura do candidato, sem fundamentação ou fora dos prazos.

8.6.3. O recurso será analisado pela Banca Examinadora da prova que dará decisão terminativa sobre ele, constituindo-se em única e última instância.

8.6.4. O resultado dos recursos será disponibilizados no endereço eletrônico www.prgdp.ufla.br/concurso/ta.

9. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NOS CARGOS E DA POSSE

9.1. Para a investidura no cargo, o candidato deverá atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

9.1.1. ter sido aprovado e classificado neste concurso, na forma estabelecida neste Edital;

9.1.2. ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, neste último caso, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição da República Federativa do Brasil e na forma do disposto no artigo 13 do Decreto nº 70.436, de 18/4/1972;

9.1.3. ter idade mínima de 18 anos completos na data da posse;

9.1.4. ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, incluindo a compatibilidade de deficiência apurada pela Junta Médica Oficial da UFLA, no caso dos candidatos aprovados que indicaram suas deficiências;

9.1.5. não acumular cargos, empregos e funções públicas e não perceber proventos de aposentadoria que caracterizem acumulação ilícita de cargos, exceto aqueles permitidos no inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal, com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 34/2001;

9.1.6. não ter sido demitido do Serviço Público Federal ou destituído do cargo em comissão, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da data da publicação do ato penalizador, decorrente das seguintes infrações: valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem e por atuar, como procurador ou intermediário, perante a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;

9.1.7. não ter sido demitido do Serviço Público Federal ou destituído do cargo em comissão, por ter cometido as seguintes infrações: crime contra a administração pública; improbidade administrativa; aplicação irregular de dinheiro público; lesão aos cofres públicos, dilapidação do patrimônio nacional e corrupção;

9.1.8. gozar dos direitos políticos e estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;

9.1.9. possuir e comprovar os requisitos exigidos para o exercício do cargo, conforme o disposto no Anexo I deste Edital;

9.1.9.1. Os diplomas que comprovam os requisitos para ingresso deverão ser de cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), nos termos da legislação vigente, e quando expedidos por instituições de ensino estrangeiras, deverão estar revalidados, conforme disposto no § 2º do art. 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 1996). A não apresentação dos diplomas impedirá a posse no cargo.

9.1.10. apresentar outros documentos que vierem a ser exigidos na época da posse.

9.2. Somente poderá ser empossado o candidato aprovado que cumprir, integralmente, todas as determinações constantes neste Edital.

9.3. No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

9.4. O candidato nomeado deverá submeter-se a exame admissional na Coordenadoria de Saúde Ocupacional (CSO), com vista à apuração, pela Junta Médica Oficial da UFLA, de sua aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, cuja comprovação deverá ser apresentada para o ato de posse, conforme determina o artigo 5º, inciso VI, da Lei nº 8.112/90.

9.4.1. O candidato nomeado considerado inapto para o exercício do cargo ao qual concorreu, poderá interpor recurso contra o parecer da Junta Médica, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data de ciência do interessado por qualquer meio que assegure a certeza do conhecimento do candidato da decisão da Junta.

9.4.1.1. O recurso deverá ser enviado à PRGDP/UFLA, por meio de requerimento fundamentado e protocolado no Setor de Protocolo, localizado no Centro Administrativo da UFLA, observado o prazo estabelecido no subitem 8.4.1. deste Edital.

9.4.1.2. Será aceito recurso encaminhado por intermédio dos Correios, via SEDEX, desde que postado especificado no subitem 8.4.1. deste Edital e que dê entrada no Setor de Protocolo da UFLA em até 3 (três) dias úteis do citado prazo. A UFLA não se responsabiliza por atrasos além deste período.

9.4.1.3. Não será aceito recurso interposto via fax e/ou via correio eletrônico, assim como recurso interposto sem a assinatura do candidato, sem fundamentação ou fora do prazo.

9.4.1.4. O recurso de que trata o subitem 9.4.1. deste Edital será submetido à Junta Médica da UFLA, que decidirá, em última instância acerca do apelo interposto, cabendo à PRGDP/UFLA acompanhar a decisão nos termos proferidos.

9.4.2. O candidato nomeado considerado inapto para o exercício do cargo ao qual concorreu, será eliminado do concurso e exonerado, sendo nomeado o candidato imediatamente subsequente na classificação geral relativa ao respectivo cargo..

9.5. O candidato aprovado será convocado para a posse, que deverá ocorrer no prazo improrrogável de **30 (trinta)** dias, contado a partir da publicação do ato de sua nomeação no *Diário Oficial* da União. O não pronunciamento do convocado no prazo estipulado obrigará a UFLA a tornar sem efeito a portaria de nomeação, convocando o próximo candidato classificado.

9.6. A posse dos candidatos aprovados e nomeados observará o limite de vagas estabelecido no presente Edital, exceto se a ampliação desse limite for autorizada pelo órgão competente, ou na hipótese de ocorrência de substituições permitidas pela legislação pertinente.

9.7. A previsão para o ingresso dos nomeados no concurso será no período de sua validade, respeitados os prazos e requisitos estabelecidos em lei para a investidura em cargo público.

9.8. O candidato nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito, nos termos do artigo 41, *caput*, da Constituição Federal, com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98 e na Resolução Cuni nº 33, de 8/12/2005 e alterações posteriores, a estágio probatório, durante o qual serão avaliados a sua aptidão, capacidade e desempenho no cargo.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. O candidato inscrito assume a aceitação total e incondicional das normas constantes neste Edital e demais expedientes relacionados a este Concurso, conforme subitem **10.2** deste Edital.

10.2. Incorporar-se-ão a este Edital, para todos os efeitos legais, quaisquer editais retificadores ou complementares deste Concurso que vierem a ser publicados pela UFLA, bem como as disposições e instruções contidas no endereço eletrônico **www.prgdp.ufla.br/concurso/ta**, no comprovante definitivo de inscrição, nos cadernos de provas, nos formulários de respostas e demais expedientes referentes a este Concurso.

10.3. A aprovação no concurso não assegura ao candidato o direito de ingresso no quadro de servidores da UFLA, mas sim a expectativa de direito à nomeação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, da rigorosa ordem de classificação, do prazo de validade do concurso e da apresentação da documentação exigida em lei.

10.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação no *Diário Oficial* da União de todos os atos, editais e comunicados referentes a este concurso público e a divulgação na Internet, no endereço eletrônico **www.prgdp.ufla.br/concurso/ta**.

10.5. O candidato aprovado deverá comunicar, por meio de documento impresso e assinado, à Coordenadoria de Seleção/PRGDP da UFLA qualquer alteração de endereço, responsabilizando-se por prejuízos decorrentes da não atualização.

10.6. Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação e/ou notas, valendo para tal fim a homologação do concurso, publicada no *Diário Oficial* da União.

10.7. Não haverá atendimento diferenciado para candidatos por motivo de confissão religiosa, sendo as provas, tanto objetivas quanto práticas, aplicadas a todos os candidatos nas mesmas datas e nos mesmos horários estabelecidos pela UFLA.

10.8. A qualquer tempo, poderá haver anulação da inscrição, das provas, da nomeação e da posse do candidato, quando verificada a falsidade em qualquer declaração, documento e/ou irregularidade e utilização de meios ilícitos durante o concurso, sem prejuízo de outras penalidades legais.

10.9. Ao fim do prazo de validade do concurso, incluindo o de prorrogação, se for o caso, os formulários de respostas das provas objetivas e da redação serão eliminados.

10.10. Os casos omissos serão resolvidos pela PRGDP/UFLA e pela DIPS/UFLA.

Lavras, 29 de junho de 2016

JOSÉ ROBERTO SOARES SCOLFORO
Reitor

ANEXO I AO EDITAL PRGDP Nº 72/2016

CONCURSO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

Cargo	Requisitos de qualificação para ingresso	Descrição sumária do cargo
Nível de Classificação C		
Assistente de Laboratório	Ensino Fundamental Completo.	Planejar o trabalho de apoio do laboratório e preparar vidrarias e materiais similares. Interpretar ordens de serviço programadas, programar o suprimento de materiais, as etapas de trabalho, equipamentos e instrumentos; selecionar métodos de análise; efetuar cálculos conforme indicações do método de análise; preencher fichas e formulários. Preparar soluções e equipamentos de medição e ensaios e analisar amostras de insumos e matérias-primas. Proceder à coleta do material, empregando os meios e os instrumentos recomendados; executar exames e outros trabalhos de natureza simples, que não exigem interpretação técnica dos resultados; auxiliar nas análises e testes laboratoriais; registrar e arquivar cópias dos resultados dos exames, testes e análises; zelar pela assepsia, conservação e recolhimento do material utilizado. Organizar o trabalho conforme normas de segurança, saúde ocupacional e preservação ambiental. Auxiliar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.
Nível de Classificação D		
Técnico de Laboratório/Bioquímica	Ensino Médio Profissionalizante na área ou Ensino Médio Completo + Curso Técnico na área.	Executar trabalhos técnicos de laboratório relacionados com a área de atuação, realizando ou orientando coleta, análise e registros de material e substâncias através de métodos específicos. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
Técnico de Laboratório/Química	Ensino Médio Profissionalizante na área ou Ensino Médio Completo + Curso Técnico na área.	Executar trabalhos técnicos de laboratório relacionados com a área de atuação, realizando ou orientando coleta, análise e registros de material e substâncias através de métodos específicos. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
Técnico em Edificações	Ensino Médio Profissionalizante na área ou Ensino Médio Completo + Curso Técnico na área e Registro no Conselho competente (Resolução nº 262/1979 – CONFEA).	Realizar levantamentos topográficos e planialtimétricos. Desenvolver e legalizar projetos de edificações sob supervisão de um engenheiro civil; planejar a execução, orçar e providenciar suprimentos e supervisionar a execução de obras e serviços. Treinar mão-de-obra e realizar o controle tecnológico de materiais e do solo. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
Nível de Classificação E		
Regente	Curso Superior em Música + especialização em Regência.	Arranjar obras musicais, reger e dirigir grupos vocais, instrumentais ou eventos musicais. Estudar, pesquisar e ensinar música. Editorar partituras, elaborar textos e prestar consultoria na área musical. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

ANEXO II AO EDITAL PRGDP Nº 72/2016

Dispõe sobre os critérios para nomeação dos candidatos aprovados

Novas vagas que vierem a ser autorizadas, de acordo com o subitem 1.9. do Edital, obedecerão aos critérios de alternância e proporcionalidade abaixo descritos, para nomeação de candidatos constantes das listas de vagas da ampla concorrência e vagas reservadas para negros, nos cargos de Assistente de Laboratório e Técnico de Laboratório/Química.

1. Os candidatos, sejam ou não concorrentes às vagas reservadas, serão nomeados na sequência prevista neste Anexo.

1.1. Na hipótese de haver candidato aprovado cujo nome figure nas duas listas, a sua nomeação será computada na lista em que for primeiramente nomeado e o seu nome será eliminado da outra lista, sendo desconsiderado para futuras nomeações.

2. As 3 (três) vagas originais do concurso, para os cargos de Assistente de Laboratório e Técnico de Laboratório/Química, especificadas no Quadro 1 do Edital, serão providas com os seguintes quantitativos de nomeações:

2.1. 2 (duas) vagas para ampla concorrência;

2.2. 1 (uma) vaga para negros.

3. Novas vagas que vierem a ser autorizadas, dentro do prazo de validade do concurso, seguirão os seguintes critérios de alternância e proporcionalidade para nomeação dos candidatos:

3.1. Próximas 4 (quatro) vagas: lista de vagas da ampla concorrência (3º ao 6º colocados);

3.2. Próxima vaga: lista da vaga reservada para negros (2º colocado);

3.3. Próximas 3 (três) vagas: lista de vagas da ampla concorrência (7º a 9º colocados);

4. Ocorrendo empate(s) na última colocação de qualquer das listas, o(s) candidato(s) aprovado(s) com nota(s) igual(is) ao último colocado também figurará(ão) na relação de aprovados da respectiva lista.

4.1. Caso o número de empates na lista de ampla concorrência seja suficiente para ensejar a nomeação de um ou mais candidato(s) negro(s), será observada a mesma relação de alternância e proporcionalidade descrita neste anexo.

* * * * *

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL PRGDP Nº 72/2016

CARGO: ASSISTENTE DE LABORATÓRIO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, MATEMÁTICA, LEGISLAÇÃO E CONHECIMENTO ESPECÍFICO

LÍNGUA PORTUGUESA

Será avaliada a capacidade de:

- Ler, compreender e interpretar textos diversos de diferentes gêneros, redigidos em Língua Portuguesa e produzidos em situações diferentes e sobre temas diferentes.
- Reconhecer opiniões, identificar informações explícitas e/ou não explícitas em um texto.
- Identificar elementos que permitam relacionar o texto lido a outro texto ou a outra parte do mesmo texto.
- Identificar e corrigir, em um texto dado, determinadas inadequações em relação à língua padrão.
- Inferir o sentido de palavras e/ou expressões a partir do contexto.
- Identificar objetivos discursivos do texto (informar, argumentar, relatar, expor, orientar, promover humor, etc.).
- Identificar as diferentes partes constitutivas de um texto.
- Reconhecer e identificar a estrutura dos gêneros oficiais.
- Estabelecer relações de sentido entre os diversos segmentos do próprio texto e entre textos diferentes.
- Estabelecer articulação entre informações textuais, inclusive as que dependem de pressuposições e inferências (semânticas, pragmáticas) autorizadas pelo texto, para dar conta de ambiguidades, ironias e opiniões do autor.
- Reconhecer marcas linguísticas necessárias à compreensão do texto (mecanismos de coesão, operadores lógicos e argumentativos, marcadores de sequenciação do texto, marcadores temporais, formas de indeterminação do agente).
- Identificar e empregar recursos linguísticos próprios da língua escrita formal: pontuação, ortografia, concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal, colocação pronominal, estruturação de orações e períodos.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA^(*):

- ANTUNES, I. **Lutar com palavras: coesão e coerência.** São Paulo: Parábola, 2005. 199 p.
- BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro.** São Paulo: Parábola, 2010.
- CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa.** 46. ed. São Paulo: Nacional, 2005.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Lições de texto: leitura e redação.** São Paulo: Ática, 2003.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto.** 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- KOCH, I. G. **O texto e a construção dos sentidos.** 2. ed. São Paulo : Contexto, 1998.
- KOCH, I. G.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender: os sentidos do texto.** São Paulo: Contexto, 2006.

MENDES, G. F.; FOSTER JÚNIOR, N. J. **Manual de redação da Presidência da República**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/index.htm>. Acesso em: 7 jan. 2013.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

MATEMÁTICA

O candidato deverá demonstrar competência com os tópicos de Matemática do Ensino Fundamental listados abaixo, mostrar habilidade com o raciocínio lógico, bem como aplicá-los em situações da vida prática.

- Operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação.
- Razões e proporções, regras de três simples e compostas, porcentagem, juros simples e compostos.
- Pesos, medidas e sistema métrico
- Noções de matemática financeira
- Média aritmética e ponderada
- Sistemas de equações do primeiro grau
- Gráficos e tabelas: análise, interpretação e utilização de dados apresentados em tabelas ou gráficos
- Princípio fundamental da contagem

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA^(*):

BIANCHINI, E. **Matemática Bianchini**. 7. ed. São Paulo: Moderna, 2011. 4v.

CARVALHO, A. L. T.; REIS, L. F. **Aplicando a matemática**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2011. 4v.

DANTE, L. R. **Tudo é matemática**. São Paulo: Ática, 2008. 4v.

DULCE, I. **Matemática: idéias e desafios**. São Paulo: Saraiva, 2010. 4v.

GIOVANNI, J. R.; CASTRUCCI, B. **A Conquista da matemática**: edição renovada. São Paulo: FTD, 2011. 4v.

IEZZI, G.; DOLCE, O.; MACHADO, A. **Matemática e realidade**. São Paulo: Saraiva, 2009. 4v.

IMENES, L. M.; LELLIS, M. **Matemática: Imenes & Lellis**. São Paulo: Moderna, 2010. 4v.

JAKUBOVIC, J.; CENTURIÓN, M. R. **Matemática na medida certa**. São Paulo: Scipione, 2011.

RIBEIRO, J. da S. **Matemática**. São Paulo: Scipione, 2005. 4 v. (Projeto Radix).

SOUZA, J.; PATARO, P. M. **Vontade de saber matemática**. São Paulo: FTD, 2009.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

LEGISLAÇÃO

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, **art. 5º**.
- Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais: Lei nº 8.112, de 11/12/1990 e suas alterações.
- Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal: Decreto nº 1.171, de 22/06/1994 e suas alterações.
- Regimento da UFLA: na íntegra.
- Edital PRGDP nº 72 de 2016.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA^(*):

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Artigos 5º e 37-41. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 6 jun. 2016.

BRASIL. Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 jun. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm>. Acesso em: 17 jun. 2013.

BRASIL. Lei nº 8.112, 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 abr. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112compilado.htm>. Acesso em: 6 jun. 2016.

DI PIETRO, M. S. Z. Regime jurídico administrativo. In: _____. **Direito administrativo**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015. p. 93-132.

MEDAUAR, O. Servidores públicos. In: _____. **Direito administrativo moderno**. 16. ed. Ver. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. cap. 13, p. 291-346.

MELLO, C. B. de. Princípios constitucionais do direito administrativo brasileiro. In: _____. **Curso de direito administrativo**. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2015. p. 98-129.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Edital n. 72, de 29 de junho de 2016. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 jun. 2016. Seção 3, p. 63-68. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=59&data=30/06/2016>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. **Regimento geral**. Lavras, 2010. Disponível em: <http://www.ufla.br/portal/wp-content/uploads/2011/03/Regimento-Geral.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2016.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO - ASSISTENTE DE LABORATÓRIO

- Ciclos dos materiais
- Átomos e elementos
- Substâncias simples e compostas
- Fórmulas das substâncias
- Misturas e combinações
- Separação de misturas
- As ligações químicas
- As transformação dos materiais-Reações Químicas
- A velocidade das reações químicas
- Energia nas reações químicas
- Equações e representações químicas
- Funções Químicas
- Os compostos orgânicos
- Fenômenos químicos e fenômenos físicos
- Educação Ambiental e Sustentabilidade

Programa da Prova Prática

- Preparo de soluções
- Utilização de pHmetro
- Utilização de balança de laboratório
- Utilização de pipetadores e materiais volumétricos
- Utilização de instrumentação analítica
- Vidrarias e montagens de laboratório
- Volumetria de neutralização
- Procedimentos de Segurança em Laboratórios

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA^(*):

ALVARENGA, J. P. **Ciências integradas**: 9º Ano. Curitiba: Positivo, 2008.

AMABIS, J. M. **Fundamentos da biologia moderna**. São Paulo: Moderna, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: ciências naturais. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental**. Brasília, 1998.

CANTO, E. L. **Ciências naturais**: aprendendo com o cotidiano: 5ª série. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

FRANCALANZA, H. **O ensino de ciências no primeiro grau**. São Paulo: Atual, 1986.

GRAMOWSKI, V. B. **Biologia**: 9º Ano. Curitiba: Positivo, 2013.

HINRICHS, R. A.; KLEINBACH, M. **Energia e meio ambiente**. 3. ed. Tradução da edição americana F. M. Vichi e L. F. Mello. São Paulo: Thomson, 2003.

ZANON, L. B.; MALDANER, O. A. **Fundamentos e propostas de ensino de química para a educação básica no Brasil**. Ijuí: Unijuí, 2007.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL PRGDP Nº 72/2016

CARGO: TÉCNICO DE LABORATÓRIO/BIOQUÍMICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, MATEMÁTICA, LEGISLAÇÃO E CONHECIMENTO ESPECÍFICO

LÍNGUA PORTUGUESA

Será avaliada a capacidade de:

- Ler, compreender e interpretar textos diversos de diferentes gêneros, redigidos em Língua Portuguesa e produzidos em situações diferentes e sobre temas diferentes.
- Reconhecer opiniões, identificar informações explícitas e/ou não explícitas em um texto.
- Identificar elementos que permitam relacionar o texto lido a outro texto ou a outra parte do mesmo texto.
- Identificar e corrigir, em um texto dado, determinadas inadequações em relação à língua padrão.
- Inferir o sentido de palavras e/ou expressões a partir do contexto.
- Identificar objetivos discursivos do texto (informar, argumentar, relatar, expor, orientar, promover humor, etc.).
- Identificar as diferentes partes constitutivas de um texto.
- Reconhecer e identificar a estrutura dos textos oficiais.
- Estabelecer relações de sentido entre os diversos segmentos do próprio texto e entre textos diferentes.
- Estabelecer articulação entre informações textuais, inclusive as que dependem de pressuposições e inferências (semânticas, pragmáticas) autorizadas pelo texto, para dar conta de ambiguidades, ironias e opiniões do autor.
- Reconhecer marcas linguísticas necessárias à compreensão do texto (mecanismos anafóricos e dêiticos, operadores lógicos e argumentativos, marcadores de sequenciação do texto, marcadores temporais, formas de indeterminação do agente).
- Reconhecer e analisar, em textos dados, a função morfossintática das classes de palavras.
- Identificar mecanismos de coesão e de coerências textuais presentes em gêneros textuais diversos.
- Reconhecer os recursos linguísticos que concorrem para o emprego da língua em diferentes funções, especialmente no que se refere ao uso dos pronomes, dos modos e tempos verbais e ao uso das vozes verbais.
- Reconhecer a importância da organização gráfica e diagramação para a coesão e coerência de um texto.
- Identificar e empregar recursos linguísticos próprios da língua escrita formal: pontuação, ortografia, concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal, colocação pronominal, estruturação de orações e períodos.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA^(*):

- ANTUNES, I. **Lutar com palavras: coesão e coerência.** São Paulo: Parábola, 2005. 199 p.
- BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro.** São Paulo: Parábola, 2010.
- CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa.** 46. ed. São Paulo: Nacional, 2005.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Lições de texto: leitura e redação.** São Paulo: Ática, 2003.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto.** 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- KOCH, I. G. **O texto e a construção dos sentidos.** 2. ed. São Paulo : Contexto, 1998.

KOCH, I. G.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.

MENDES, G. F.; FOSTER JÚNIOR, N. J. **Manual de redação da Presidência da República**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/index.htm>. Acesso em: 6 set. 2012.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

MATEMÁTICA

O candidato deve demonstrar conhecimentos que lhe permitam: a utilização do conhecimento Matemático básico tanto em aplicações abstratas quanto em situações práticas. Demonstrar capacidade de raciocínio lógico e dedutivo. Deverá ser capaz de construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, da produção tecnológica. Enfrentar situações problema: selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representadas de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações problema. Construir argumentação: relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente. Compreender o caráter aleatório e determinístico de fenômenos naturais e sociais.

1. CONJUNTOS – Representação de um conjunto. Relações de pertinência e inclusão. Igualdade de conjuntos. Subconjuntos. Conjunto universo. Conjunto das partes de um conjunto. Operações com conjuntos: união, interseção, diferença e complementar. Produto cartesiano. Diagrama de Venn. Número de elementos de um conjunto; **2. CONJUNTOS NUMÉRICOS** – Números naturais e inteiros: operações fundamentais, critérios de divisibilidade, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum, decomposição em fatores primos. Números racionais: representação decimal dos números racionais (exata e periódica). Números irracionais. Números reais: operações fundamentais, potenciação e radiciação, representação geométrica dos números reais, valor absoluto, intervalos; **3. UNIDADES DE MEDIDAS** – Medidas de comprimento, superfície, volume, capacidade, massa, velocidade, ângulo e tempo. Transformações das unidades de medidas; **4. RELAÇÕES ENTRE GRANDEZAS** – Razões e proporções. Números e grandezas proporcionais. Regra de três simples e composta. **5. NOÇÕES DE MATEMÁTICA FINANCEIRA**: Porcentagens, juros simples e compostos; **6. GEOMETRIA PLANA** – Semelhança e congruência de figuras planas. Triângulos e polígonos. Circunferência e círculo. Relações métricas em triângulos, círculos e polígonos regulares. Área de polígonos. Área do círculo e de figuras circulares. **7. GEOMETRIA NO ESPAÇO** – Estudo e cálculo de áreas e volumes dos sólidos: prisma, pirâmide, cilindro, cone seus respectivos troncos e esfera. **8. FUNÇÕES** – Conceito de função. Domínio, contradomínio, imagem. Gráficos. Composição de funções. Funções injetoras, sobrejetoras e bijetoras. Funções crescentes e decrescentes. Função inversa. Função definida por várias sentenças. Função linear, função afim e seus gráficos. **9. ANÁLISE COMBINATÓRIA E PROBABILIDADE** – Noções elementares de análise combinatória e probabilidade. Arranjos, combinações, permutações simples e permutações com repetição. Probabilidade: conceitos básicos, probabilidade da união de eventos, independência de eventos e probabilidade condicional; **10. NOÇÕES DE ESTATÍSTICA** – População, amostra, média, mediana, moda, variância, desvio padrão, frequências relativas, absolutas e percentuais, interpretação de gráficos e de tabelas.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA^(*):

BIANCHINI, E. **Matemática Bianchini**. 7. ed. São Paulo: Moderna, 2011. 4v.

BIANCHINI, E.; PACCOLA, H. **Curso de Matemática**: volume único. 3a ed. São Paulo: Moderna, 2003.

CARVALHO, A. L. T.; REIS, L. F. **Aplicando a matemática**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2011. 4v.

DANTE, L. R. **Tudo é matemática**. São Paulo: Ática, 2008. 4v.

GIOVANNI, J. R.; CASTRUCCI, B. **A Conquista da matemática**: edição renovada. São Paulo: FTD, 2011. 4v.

IEZZI, G.; DOLCE, O.; MACHADO, A. **Matemática e realidade**. São Paulo: Saraiva, 2009. 4v.

IMENES, L.M.; LELLIS, M. **Matemática**: Imenes & Lellis. São Paulo: Moderna, 2010. 4v.

JAKUBOVIC, J.; CENTURIÓN, M. R. **Matemática na medida certa**. São Paulo: Scipione, 2011.

SMOLE, K. C. S.; DINIZ, M. I. S. V. **Matemática para o ensino médio**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

(*) Os livros sugeridos foram avaliados pelo Ministério da Educação e constam do Guia do Livro Didático (PNLD – 2011 e 2015) de Matemática. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

LEGISLAÇÃO

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, **artigos 5º e 37 a 41**.
- Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal: Lei nº 9.784 , de 29 de janeiro de 1999.
- Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais: Lei nº 8.112, de 11/12/1990 e suas alterações.
- Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal: Decreto nº 1.171, de 22/6/1994 e suas alterações.
- Regimento da UFLA: na íntegra.
- Edital PRGDP nº 72 de 2016.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA^(*):

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Artigos 5º e 37-41. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 6 jun. 2016.

BRASIL. Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 jun. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm>. Acesso em: 17 jun. 2013.

BRASIL. Lei nº 8.112, 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 abr. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112compilado.htm>. Acesso em: 6 jun. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.784 , de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 de jan. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9784.htm> Acesso: 28 jun. 2016.

DI PIETRO, M. S. Z. Regime jurídico administrativo. In:_____. **Direito administrativo**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015. p. 93-132.

MEDAUAR, O. Servidores públicos. In:_____. **Direito administrativo moderno**. 16. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. cap. 13, p. 291-346.

MELLO, C. B. de. Princípios constitucionais do direito administrativo brasileiro. In:_____. **Curso de direito administrativo**. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2015. p. 98 - 129.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Edital n. 72, de 29 de junho de 2016. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 jun. 2016. Seção 3, p. 63-68. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=59&data=30/06/2016>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. **Regimento geral**. Lavras, 2010. Disponível em: <http://www.ufla.br/portal/wp-content/uploads/2011/03/Regimento-Geral.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2016.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

TÉCNICO DE LABORATÓRIO/BIOQUÍMICA

- Tipos de reações químicas. Classificação. Identificação. Leis ponderais e volumétricas. Estequiometria. Propriedades periódicas.
- Introdução à Química: substâncias e misturas, sistemas e fases; principais processos de análise imediata; fenômeno Físico e Fenômeno Químico; ligações químicas e interações intermoleculares.
- Funções Químicas Inorgânicas: conceito; nomenclatura; classificação; principais propriedades; principais tipos de reações.
- Termoquímica: Reações endotérmicas e exotérmicas. Entalpia. Variação de entalpia. Fatores que afetam seu valor. Lei de Hess.
- Constante de equilíbrio. Deslocamento de equilíbrio. Princípio de Le Chatelier. Equilíbrio iônico. Produto iônico na água. pH e pOH. Hidrólise salina. Solução tampão. Produto de solubilidade.
- Funções Químicas Orgânicas: conceito; nomenclatura; classificação; propriedades; tipos de reações.
- Solubilidade. Coeficiente de solubilidade. Curvas de solubilidade. Soluções saturadas, insaturadas e supersaturadas. Soluções concentradas e diluídas. Concentração, porcentagens, molaridade, normalidade, frações molar e mássica. Propriedades coligativas. Preparo de soluções.
- Purificação de substâncias: técnicas cromatográficas e eletroforéticas.
- Biossegurança e Bioética: Equipamentos de proteção individual e coletiva; Principais tipos e utilização adequada; uso de animais (contenção, manipulação, vias de administração, eutanásia e destinação de resíduos) e humanos (coleta, manipulação e descarte de materiais biológicos) em pesquisas.
- Procedimentos laboratoriais básicos: vidrarias e equipamentos utilizados no laboratório para pesagem, volumetria e microscopia; princípios de lavagem e esterilização de material.
- Análises bioquímicas utilizadas nas principais dosagens do sangue e de outros líquidos biológicos.
- Células (estrutura e função de organelas e membranas) e ciclo celular;
- Fundamentos de bioquímica: carboidratos, lipídios, proteínas e ácidos nucleicos.
- Enzimas: catálise enzimática (fatores que influenciam a velocidade das reações).
- Cultura de células e tecidos (animal, vegetal e microbiológico).
- Técnicas em microscopia (preparação e análise de materiais biológicos).
- Procedimentos pré-analíticos: obtenção, conservação e transporte de amostras destinadas à análise.
- Princípios básicos de segurança e assepsia no laboratório. Gerenciamento de resíduos em laboratórios.

Segurança do trabalho: Conceitos básicos em Segurança do Trabalho. Avaliação do trabalho e do ambiente do trabalho, quantitativa e qualitativamente. Análise do processo de trabalho. Acidente de trabalho: conceitos, causas e consequências. Aplicação e orientação prática das Normas Regulamentadoras de Segurança do Trabalho. EPI – Equipamento de Proteção Individual. EPC – Equipamento de Proteção Coletiva. Caracterização da exposição a riscos ocupacionais (físico, químico, biológicos e ergonômicos). Conceitos de Insalubridade e Periculosidade. Intervenção em ambiente de trabalho. Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho; Comissão Interna de Prevenção de Acidentes; Comissão Interna de Saúde do Servidor Público; Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. Aspectos específicos da Norma Regulamentadora de Atividades e Operações Insalubres; Aspectos específicos da Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. Aspectos específicos da Norma Regulamentadora de Sinalização de Segurança. Primeiros socorros. Prevenção e combate a incêndios e pânico.

Programa da Prova Prática

- Preparo de soluções
- Utilização de pHmetro
- Utilização de balança de laboratório
- Conversões de unidades e cálculos de pureza e rendimento
- Utilização de pipetadores e materiais volumétricos
- Utilização de instrumentação analítica
- Vidrarias e montagens de laboratório
- Bioensaios
- Procedimentos de Segurança em Laboratórios

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA (*):

- ALBERTS, B. et al. **Fundamentos da biologia celular**: uma introdução à biologia molecular da célula. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- ANDRADE, M. Z. **Segurança em laboratórios químicos e biotecnológicos**. Caxias do Sul: EDUCS, 2008.
- ATKINS, P.; JONES, L. **Princípios de química questionando a vida moderna e o meio ambiente**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.
- CARVALHO, P. R. **Boas práticas químicas em biossegurança**. Rio de Janeiro: Interciência, 1999.
- COLLINS, C. H.; BRAGA, G. L.; BONATO, P. S. **Fundamentos de cromatografia**. Campinas: UNICAMP, 2006.
- COMPRI-NARDY, M.; STELLA, M. B.; OLIVEIRA, C. **Práticas de laboratório de bioquímica e biofísica**: uma visão integrada. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.
- CONSTANTINO, M. G.; SILVA, G. V. J.; DONATE, P. M. **Fundamentos de química experimental**. São Paulo: EDUSP, 2004.
- COSTA, P. et al. **Ácidos e bases em química orgânica**. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- HAMES, D.; HOOPER, N. **Biochemistry**. 3th ed. New York: Taylor & Francis, 2005.
- HOLLER, F. J.; SKOOG, D. A.; CROUCH, S. R. **Princípios de análise instrumental**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- MASTERTON, W. L.; HURLEY, C. N. **Química, princípios e reações**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.
- MENDONÇA, A. R. A. et al. **Bioética**: meio ambiente, saúde e pesquisa. São Paulo: Iátria, 2009.
- MEZADRI, T. J.; TOMÁZ, V. A.; AMARAL, V. L. L. **Animais de laboratório**: cuidados na iniciação experimental. Florianópolis: UFSC, 2004.
- NELSON, D. L.; COX, M. M. **Lehninger**: princípios de bioquímica. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- NOGUEIRA, D. M. et al. **Métodos de bioquímica clínica**: técnicas e interpretação. São Paulo: Pancast, 1990.
- OLIVEIRA, A. F. **Equilíbrios em solução aquosa orientados à aplicação em sistemas ácido-base de Bronsted e outros equilíbrios**. Campinas: Átomo, 2009.
- PAVIA, D. L. et al. **Química orgânica experimental técnicas de escala pequena**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- SACKHEIM, G. I.; LEHMAN, D. D. **Química e bioquímica para ciências biomédicas**. Barueri: Manole, 2001.
- SCHLINDWEIN, A. et al. **Bioquímica**: manual prático. Blumenau: FURB, 2008. (Série Didática).
- VALLE, S.; TELLES, J. L. **Bioética e biorrisco**: abordagem transdisciplinar. Rio de Janeiro: Interciência, 2003.
- VIEIRA, E. C.; GRAZZINELLI, G.; MARES-GUIA, M. **Bioquímica celular e biologia molecular**. 2. Ed. São Paulo: Atheneu, 1999.

VINADÉ, M. E. C.; VINADÉ, E. R. C. **Métodos espectroscópicos de análise quantitativa**. Santa Maria: UFSM, 2005.

VOET, D.; VOET, J. G.; PRATT, C. W. **Fundamentos de bioquímica**: a vida em nível molecular. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

VOGEL, A. I. **Análise química quantitativa**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

Segurança do trabalho:

BRASIL. Decreto Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Título II - Capítulo V - da segurança e da medicina do trabalho. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, p. 11937, 9 ago. 1943. Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria n.º 3.214, 08 de junho de 1978. Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho. Disponível em:<<http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/63/mte/1978/3214.htm>>. Acesso em: Acesso em: 30 jun. 2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria Normativa nº 3, de 7 de maio de 2010. Estabelece orientações básicas sobre a Norma Operacional de Saúde do Servidor - NOSS aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, com o objetivo de definir diretrizes gerais para implementação das ações de vigilância aos ambientes e processos de trabalho e promoção à saúde do servidor. Disponível em:<<https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/redirectDownload.htm?id=7771>>. Acesso em: Acesso em: 30 jun. 2016.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL PRGDP Nº 72/2016

CARGO: TÉCNICO DE LABORATÓRIO/QUÍMICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, MATEMÁTICA, LEGISLAÇÃO E CONHECIMENTO ESPECÍFICO

LÍNGUA PORTUGUESA

Será avaliada a capacidade de:

- Ler, compreender e interpretar textos diversos de diferentes gêneros, redigidos em Língua Portuguesa e produzidos em situações diferentes e sobre temas diferentes.
- Reconhecer opiniões, identificar informações explícitas e/ou não explícitas em um texto.
- Identificar elementos que permitam relacionar o texto lido a outro texto ou a outra parte do mesmo texto.
- Identificar e corrigir, em um texto dado, determinadas inadequações em relação à língua padrão.
- Inferir o sentido de palavras e/ou expressões a partir do contexto.
- Identificar objetivos discursivos do texto (informar, argumentar, relatar, expor, orientar, promover humor, etc.).
- Identificar as diferentes partes constitutivas de um texto.
- Reconhecer e identificar a estrutura dos textos oficiais.
- Estabelecer relações de sentido entre os diversos segmentos do próprio texto e entre textos diferentes.
- Estabelecer articulação entre informações textuais, inclusive as que dependem de pressuposições e inferências (semânticas, pragmáticas) autorizadas pelo texto, para dar conta de ambiguidades, ironias e opiniões do autor.
- Reconhecer marcas linguísticas necessárias à compreensão do texto (mecanismos anafóricos e dêiticos, operadores lógicos e argumentativos, marcadores de sequenciação do texto, marcadores temporais, formas de indeterminação do agente).
- Reconhecer e analisar, em textos dados, a função morfossintática das classes de palavras.
- Identificar mecanismos de coesão e de coerências textuais presentes em gêneros textuais diversos.
- Reconhecer os recursos linguísticos que concorrem para o emprego da língua em diferentes funções, especialmente no que se refere ao uso dos pronomes, dos modos e tempos verbais e ao uso das vozes verbais.
- Reconhecer a importância da organização gráfica e diagramação para a coesão e coerência de um texto.
- Identificar e empregar recursos linguísticos próprios da língua escrita formal: pontuação, ortografia, concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal, colocação pronominal, estruturação de orações e períodos.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA^(*):

- ANTUNES, I. **Lutar com palavras: coesão e coerência.** São Paulo: Parábola, 2005. 199 p.
- BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro.** São Paulo: Parábola, 2010.
- CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa.** 46. ed. São Paulo: Nacional, 2005.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Lições de texto: leitura e redação.** São Paulo: Ática, 2003.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto.** 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- KOCH, I. G. **O texto e a construção dos sentidos.** 2. ed. São Paulo : Contexto, 1998.

KOCH, I. G.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.

MENDES, G. F.; FOSTER JÚNIOR, N. J. **Manual de redação da Presidência da República**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/index.htm>. Acesso em: 6 set. 2012.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

MATEMÁTICA

O candidato deve demonstrar conhecimentos que lhe permitam: a utilização do conhecimento Matemático básico tanto em aplicações abstratas quanto em situações práticas. Demonstrar capacidade de raciocínio lógico e dedutivo. Deverá ser capaz de construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, da produção tecnológica. Enfrentar situações problema: selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representadas de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações problema. Construir argumentação: relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente. Compreender o caráter aleatório e determinístico de fenômenos naturais e sociais.

1. CONJUNTOS – Representação de um conjunto. Relações de pertinência e inclusão. Igualdade de conjuntos. Subconjuntos. Conjunto universo. Conjunto das partes de um conjunto. Operações com conjuntos: união, interseção, diferença e complementar. Produto cartesiano. Diagrama de Venn. Número de elementos de um conjunto; **2. CONJUNTOS NUMÉRICOS** – Números naturais e inteiros: operações fundamentais, critérios de divisibilidade, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum, decomposição em fatores primos. Números racionais: representação decimal dos números racionais (exata e periódica). Números irracionais. Números reais: operações fundamentais, potenciação e radiciação, representação geométrica dos números reais, valor absoluto, intervalos; **3. UNIDADES DE MEDIDAS** – Medidas de comprimento, superfície, volume, capacidade, massa, velocidade, ângulo e tempo. Transformações das unidades de medidas; **4. RELAÇÕES ENTRE GRANDEZAS** – Razões e proporções. Números e grandezas proporcionais. Regra de três simples e composta. **5. NOÇÕES DE MATEMÁTICA FINANCEIRA**: Porcentagens, juros simples e compostos; **6. GEOMETRIA PLANA** – Semelhança e congruência de figuras planas. Triângulos e polígonos. Circunferência e círculo. Relações métricas em triângulos, círculos e polígonos regulares. Área de polígonos. Área do círculo e de figuras circulares. **7. GEOMETRIA NO ESPAÇO** – Estudo e cálculo de áreas e volumes dos sólidos: prisma, pirâmide, cilindro, cone seus respectivos troncos e esfera. **8. FUNÇÕES** – Conceito de função. Domínio, contradomínio, imagem. Gráficos. Composição de funções. Funções injetoras, sobrejetoras e bijetoras. Funções crescentes e decrescentes. Função inversa. Função definida por várias sentenças. Função linear, função afim e seus gráficos. **9. ANÁLISE COMBINATÓRIA E PROBABILIDADE** – Noções elementares de análise combinatória e probabilidade. Arranjos, combinações, permutações simples e permutações com repetição. Probabilidade: conceitos básicos, probabilidade da união de eventos, independência de eventos e probabilidade condicional; **10. NOÇÕES DE ESTATÍSTICA** – População, amostra, média, mediana, moda, variância, desvio padrão, frequências relativas, absolutas e percentuais, interpretação de gráficos e de tabelas.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA^(*):

BIANCHINI, E. **Matemática Bianchini**. 7. ed. São Paulo: Moderna, 2011. 4v.

BIANCHINI, E.; PACCOLA, H. **Curso de Matemática**: volume único. 3a ed. São Paulo: Moderna, 2003.

CARVALHO, A. L. T.; REIS, L. F. **Aplicando a matemática**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2011. 4v.

DANTE, L. R. **Tudo é matemática**. São Paulo: Ática, 2008. 4v.

GIOVANNI, J. R.; CASTRUCCHI, B. **A Conquista da matemática**: edição renovada. São Paulo: FTD, 2011. 4v.

IEZZI, G.; DOLCE, O.; MACHADO, A. **Matemática e realidade**. São Paulo: Saraiva, 2009. 4v.

IMENES, L.M.; LELLIS, M. **Matemática**: Imenes & Lellis. São Paulo: Moderna, 2010. 4v.

JAKUBOVIC, J.; CENTURIÓN, M. R. **Matemática na medida certa**. São Paulo: Scipione, 2011.

SMOLE, K. C. S.; DINIZ, M. I. S. V. **Matemática para o ensino médio**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

(*) Os livros sugeridos foram avaliados pelo Ministério da Educação e constam do Guia do Livro Didático (PNLD – 2011 e 2015) de Matemática. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

LEGISLAÇÃO

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, **artigos 5º e 37 a 41**.
- Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal: Lei nº 9.784 , de 29 de janeiro de 1999.
- Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais: Lei nº 8.112, de 11/12/1990 e suas alterações.
- Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal: Decreto nº 1.171, de 22/6/1994 e suas alterações.
- Regimento da UFLA: na íntegra.
- Edital PRGDP nº 72 de 2016.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA^(*):

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Artigos 5º e 37-41. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 6 jun. 2016.

BRASIL. Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 jun. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm>. Acesso em: 17 jun. 2013.

BRASIL. Lei nº 8.112, 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 abr. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112compilado.htm>. Acesso em: 6 jun. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.784 , de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 de jan. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9784.htm> Acesso: 28 jun. 2016.

DI PIETRO, M. S. Z. Regime jurídico administrativo. In:_____. **Direito administrativo**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015. p. 93-132.

MEDAUAR, O. Servidores públicos. In:_____. **Direito administrativo moderno**. 16. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. cap. 13, p. 291-346.

MELLO, C. B. de. Princípios constitucionais do direito administrativo brasileiro. In:_____. **Curso de direito administrativo**. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2015. p. 98 - 129.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Edital n. 72, de 29 de junho de 2016. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 jun. 2016. Seção 3, p. 63-68. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=59&data=30/06/2016>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. **Regimento geral**. Lavras, 2010. Disponível em: <http://www.ufla.br/portal/wp-content/uploads/2011/03/Regimento-Geral.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2016.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO - TÉCNICO DE LABORATÓRIO/QUÍMICA

- Tipos de reações químicas. Classificação. Identificação. Leis ponderais e volumétricas. Estequiometria. Propriedades periódicas.
- Introdução à Química: substâncias e misturas, sistemas e fases; principais processos de análise imediata; fenômeno Físico e Fenômeno Químico; ligações químicas e interações intermoleculares.
- Funções Químicas Inorgânicas: conceito; nomenclatura; classificação; principais propriedades; principais tipos de reações.
- Termoquímica: Reações endotérmicas e exotérmicas. Entalpia. Variação de entalpia. Fatores que afetam seu valor. Lei de Hess.
- Constante de equilíbrio. Deslocamento de equilíbrio. Princípio de Le Chatelier. Equilíbrio iônico. Produto iônico na água. pH e pOH. Hidrólise salina. Solução tampão. Produto de solubilidade.
- Funções Químicas Orgânicas: conceito; nomenclatura; classificação; propriedades; tipos de reações.
- Solubilidade. Coeficiente de solubilidade. Curvas de solubilidade. Soluções saturadas, insaturadas e supersaturadas. Soluções concentradas e diluídas. Concentração, porcentagens, molaridade, normalidade, frações molar e mássica. Propriedades coligativas. Preparo de soluções.
- Purificação de substâncias: Destilação. Recristalização. Sublimação. Extração líquido-líquido. Extração em fase sólida.
- Instalações básicas e procedimentos de laboratório: identificação, nomenclatura de materiais e equipamentos; Uso; manejo, registro e fichários de reagentes; preparo, padronização e conservação de soluções.
- Aparelhos usados em operações analíticas, armazenagem e uso de reagentes: cuidados, manutenção, calibração e aferição.
- Análises volumétricas: Volumetria de neutralização. Volumetria de precipitação. Volumetria de complexação. Volumetria de oxidação-redução.
- Gravimetria: teoria, cálculos e agentes de precipitação.
- Titulações potenciométricas e condutométricas: Potenciômetros e condutivímetros: teoria e cálculos. Eletrodos. Aplicabilidade dos métodos potenciométricos e condutométricos de análise.
- Espectrofotometria atômica e molecular de UV-Vis: Princípios básicos da espectrometria. Espectroscopia de absorção atômica. Espectrofotometria de absorção molecular no ultravioleta e visível. Métodos fotométricos e espectrofotométricos.
- Fundamentos de Cromatografia: cromatografia em camada delgada e em coluna. Fundamentos da cromatografia gasosa e da cromatografia líquida de alta eficiência.
- Princípios básicos de segurança no laboratório. Gerenciamento de resíduos em laboratórios. Segurança do trabalho: Conceitos básicos em Segurança do Trabalho. Segurança química. Avaliação do trabalho e do ambiente do trabalho, quantitativa e qualitativamente. Análise do processo de trabalho. Acidente de trabalho: conceitos, causas e consequências. Aplicação e orientação prática das Normas Regulamentadoras de Segurança do Trabalho. EPI – Equipamento de Proteção Individual. EPC – Equipamento de Proteção Coletiva. Caracterização da exposição a riscos ocupacionais (físico, químico, biológicos e ergonômicos). Conceitos de Insalubridade e Periculosidade. Intervenção em ambiente de trabalho. Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho; Comissão Interna de Prevenção de Acidentes; Comissão Interna de Saúde do Servidor Público; Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. Aspectos específicos da Norma Regulamentadora de Atividades e Operações Insalubres; Aspectos específicos da Norma Regulamentadora de Atividades e Operações Perigosas; Aspectos específicos da Norma Regulamentadora de Ergonomia; Aspectos específicos da Norma Regulamentadora de Explosivos; Aspectos específicos da Norma Regulamentadora de Combustíveis Líquidos e Inflamáveis. Aspectos específicos da Norma Regulamentadora de Sinalização de Segurança. Primeiros socorros. Prevenção e combate a incêndios e pânico.

Programa da Prova Prática

- Preparo de soluções
- Utilização de pHmetro
- Utilização de balança de laboratório
- Conversões de unidades e cálculos de pureza e rendimento
- Utilização de pipetadores e materiais volumétricos
- Utilização de instrumentação analítica
- Vidrarias e montagens de laboratório
- Volumetria
- Procedimentos de Segurança em Laboratórios

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA (*):

ANDRADE, M. Z. **Segurança em laboratórios químicos e biotecnológicos**. Caxias do Sul: EDUCS, 2008.

ATKINS, P.; JONES, L. **Princípios de química questionando a vida moderna e o meio ambiente**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

CARVALHO, P. R. **Boas práticas químicas em biossegurança**. Rio de Janeiro: Interciência, 1999.

CONSTANTINO, M. G.; SILVA, G. V. J.; DONATE, P. M. **Fundamentos de química experimental**. São Paulo: EDUSP, 2004.

COSTA, P. et al. **Ácidos e bases em química orgânica**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HOLLER, F. J.; SKOOG, D. A.; CROUCH, S. R. **Princípios de análise instrumental**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

MASTERTON, W. L.; HURLEY, C. N. **Química, princípios e reações**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

OLIVEIRA, A. F. **Equilíbrios em solução aquosa orientados à aplicação em sistemas ácido-base de Bronsted e outros equilíbrios**. Campinas: Átomo, 2009.

PAVIA, D. L. et al. **Química orgânica experimental técnicas de escala pequena**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

VINADÉ, M. E. C.; VINADÉ, E. R. C. **Métodos espectroscópicos de análise quantitativa**. Santa Maria: UFSM, 2005.

VOGEL, A. I. **Análise química quantitativa**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

Segurança do trabalho:

BRASIL. Decreto Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Título II - Capítulo V - da segurança e da medicina do trabalho. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, p. 11937, 9 ago. 1943. Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria n.º 3.214, 08 de junho de 1978. Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho. Disponível em: <<http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/63/mte/1978/3214.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria Normativa nº 3, de 7 de maio de 2010. Estabelece orientações básicas sobre a Norma Operacional de Saúde do Servidor - NOSS aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, com o objetivo de definir diretrizes gerais para implementação das ações de vigilância aos ambientes e processos de trabalho e promoção à saúde do servidor. Disponível em: <<https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/redirectDownload.htm?id=7771>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL PRGDP Nº 72/2016

CARGO: TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, MATEMÁTICA, LEGISLAÇÃO E CONHECIMENTO ESPECÍFICO

LÍNGUA PORTUGUESA

Será avaliada a capacidade de:

- Ler, compreender e interpretar textos diversos de diferentes gêneros, redigidos em Língua Portuguesa e produzidos em situações diferentes e sobre temas diferentes.
- Reconhecer opiniões, identificar informações explícitas e/ou não explícitas em um texto.
- Identificar elementos que permitam relacionar o texto lido a outro texto ou a outra parte do mesmo texto.
- Identificar e corrigir, em um texto dado, determinadas inadequações em relação à língua padrão.
- Inferir o sentido de palavras e/ou expressões a partir do contexto.
- Identificar objetivos discursivos do texto (informar, argumentar, relatar, expor, orientar, promover humor, etc.).
- Identificar as diferentes partes constitutivas de um texto.
- Reconhecer e identificar a estrutura dos textos oficiais.
- Estabelecer relações de sentido entre os diversos segmentos do próprio texto e entre textos diferentes.
- Estabelecer articulação entre informações textuais, inclusive as que dependem de pressuposições e inferências (semânticas, pragmáticas) autorizadas pelo texto, para dar conta de ambiguidades, ironias e opiniões do autor.
- Reconhecer marcas linguísticas necessárias à compreensão do texto (mecanismos anafóricos e dêiticos, operadores lógicos e argumentativos, marcadores de sequenciação do texto, marcadores temporais, formas de indeterminação do agente).
- Reconhecer e analisar, em textos dados, a função morfossintática das classes de palavras.
- Identificar mecanismos de coesão e de coerências textuais presentes em gêneros textuais diversos.
- Reconhecer os recursos linguísticos que concorrem para o emprego da língua em diferentes funções, especialmente no que se refere ao uso dos pronomes, dos modos e tempos verbais e ao uso das vozes verbais.
- Reconhecer a importância da organização gráfica e diagramação para a coesão e coerência de um texto.
- Identificar e empregar recursos linguísticos próprios da língua escrita formal: pontuação, ortografia, concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal, colocação pronominal, estruturação de orações e períodos.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA^(*):

- ANTUNES, I. **Lutar com palavras: coesão e coerência**. São Paulo: Parábola, 2005. 199 p.
- BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.
- CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 46. ed. São Paulo: Nacional, 2005.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Lições de texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 2003.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- KOCH, I. G. **O texto e a construção dos sentidos**. 2. ed. São Paulo : Contexto, 1998.

KOCH, I. G.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.

MENDES, G. F.; FOSTER JÚNIOR, N. J. **Manual de redação da Presidência da República**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/index.htm>. Acesso em: 6 set. 2012.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

MATEMÁTICA

O candidato deve demonstrar conhecimentos que lhe permitam: a utilização do conhecimento Matemático básico tanto em aplicações abstratas quanto em situações práticas. Demonstrar capacidade de raciocínio lógico e dedutivo. Deverá ser capaz de construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, da produção tecnológica. Enfrentar situações problema: selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representadas de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações problema. Construir argumentação: relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente. Compreender o caráter aleatório e determinístico de fenômenos naturais e sociais.

1. CONJUNTOS – Representação de um conjunto. Relações de pertinência e inclusão. Igualdade de conjuntos. Subconjuntos. Conjunto universo. Conjunto das partes de um conjunto. Operações com conjuntos: união, interseção, diferença e complementar. Produto cartesiano. Diagrama de Venn. Número de elementos de um conjunto; **2. CONJUNTOS NUMÉRICOS** – Números naturais e inteiros: operações fundamentais, critérios de divisibilidade, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum, decomposição em fatores primos. Números racionais: representação decimal dos números racionais (exata e periódica). Números irracionais. Números reais: operações fundamentais, potenciação e radiciação, representação geométrica dos números reais, valor absoluto, intervalos; **3. UNIDADES DE MEDIDAS** – Medidas de comprimento, superfície, volume, capacidade, massa, velocidade, ângulo e tempo. Transformações das unidades de medidas; **4. RELAÇÕES ENTRE GRANDEZAS** – Razões e proporções. Números e grandezas proporcionais. Regra de três simples e composta. **5. NOÇÕES DE MATEMÁTICA FINANCEIRA:** Porcentagens, juros simples e compostos; **6. GEOMETRIA PLANA** – Semelhança e congruência de figuras planas. Triângulos e polígonos. Circunferência e círculo. Relações métricas em triângulos, círculos e polígonos regulares. Área de polígonos. Área do círculo e de figuras circulares. **7. GEOMETRIA NO ESPAÇO** – Estudo e cálculo de áreas e volumes dos sólidos: prisma, pirâmide, cilindro, cone seus respectivos troncos e esfera. **8. FUNÇÕES** – Conceito de função. Domínio, contradomínio, imagem. Gráficos. Composição de funções. Funções injetoras, sobrejetoras e bijetoras. Funções crescentes e decrescentes. Função inversa. Função definida por várias sentenças. Função linear, função afim e seus gráficos. **9. ANÁLISE COMBINATÓRIA E PROBABILIDADE** – Noções elementares de análise combinatória e probabilidade. Arranjos, combinações, permutações simples e permutações com repetição. Probabilidade: conceitos básicos, probabilidade da união de eventos, independência de eventos e probabilidade condicional; **10. NOÇÕES DE ESTATÍSTICA** – População, amostra, média, mediana, moda, variância, desvio padrão, frequências relativas, absolutas e percentuais, interpretação de gráficos e de tabelas.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA^(*):

BIANCHINI, E. **Matemática Bianchini**. 7. ed. São Paulo: Moderna, 2011. 4v.

BIANCHINI, E.; PACCOLA, H. **Curso de Matemática**: volume único. 3a ed. São Paulo: Moderna, 2003.

CARVALHO, A. L. T.; REIS, L. F. **Aplicando a matemática**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2011. 4v.

DANTE, L. R. **Tudo é matemática**. São Paulo: Ática, 2008. 4v.

GIOVANNI, J. R.; CASTRUCCI, B. **A Conquista da matemática**: edição renovada. São Paulo: FTD, 2011. 4v.

IEZZI, G.; DOLCE, O.; MACHADO, A. **Matemática e realidade**. São Paulo: Saraiva, 2009. 4v.

IMENES, L.M.; LELLIS, M. **Matemática**: Imenes & Lellis. São Paulo: Moderna, 2010. 4v.

JAKUBOVIC, J.; CENTURIÓN, M. R. **Matemática na medida certa**. São Paulo: Scipione, 2011.

SMOLE, K. C. S.; DINIZ, M. I. S. V. **Matemática para o ensino médio**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

(*) Os livros sugeridos foram avaliados pelo Ministério da Educação e constam do Guia do Livro Didático (PNLD – 2011 e 2015) de Matemática. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

LEGISLAÇÃO

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, **artigos 5º e 37 a 41**.
- Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal: Lei nº 9.784 , de 29 de janeiro de 1999.
- Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais: Lei nº 8.112, de 11/12/1990 e suas alterações.
- Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal: Decreto nº 1.171, de 22/6/1994 e suas alterações.
- Regimento da UFLA: na íntegra.
- Edital PRGDP nº 72 de 2016.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA^(*):

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Artigos 5º e 37-41. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 6 jun. 2016.

BRASIL. Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 jun. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm>. Acesso em: 17 jun. 2013.

BRASIL. Lei nº 8.112, 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 abr. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112compilado.htm>. Acesso em: 6 jun. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.784 , de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 de jan. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9784.htm> Acesso: 28 jun. 2016.

DI PIETRO, M. S. Z. Regime jurídico administrativo. In:_____. **Direito administrativo**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015. p. 93-132.

MEDAUAR, O. Servidores públicos. In:_____. **Direito administrativo moderno**. 16. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. cap. 13, p. 291-346.

MELLO, C. B. de. Princípios constitucionais do direito administrativo brasileiro. In:_____. **Curso de direito administrativo**. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2015. p. 98 - 129.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Edital n. 72, de 29 de junho de 2016. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 jun. 2016. Seção 3, p. 63-68. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=59&data=30/06/2016>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. **Regimento geral**. Lavras, 2010. Disponível em: <http://www.ufla.br/portal/wp-content/uploads/2011/03/Regimento-Geral.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2016.

^(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

Programa de matérias para a prova objetiva e prova prática:

- Solos: compreender a formação dos solos bem como suas propriedades físicas e mecânicas, como compactação e empolamento;
- Planejamento e gerenciamento de obras: organização das atividades do canteiro de obras. Modalidades de contratações públicas e privadas. Contratos de serviços e obras. Especificações técnicas. Orçamentos e custos de obras. Controle de qualidade. Programação de prazos e recursos. Medições para acompanhamento e pagamento de etapas da obra. Documentação. Elementos administrativos de obras. Acompanhamento de obras;
- Hidráulica e projeto hidráulico: realizar dimensionamento de instalações de água fria, quente, esgoto, pluvial e de bombeamento hidráulico. Compreender projetos envolvendo instalações de água fria, quente, esgoto, pluvial e de bombeamento hidráulico. Conhecer os elementos de drenagem pluvial urbana;
- Desenho arquitetônico: Representação de projetos em programa de desenho auxiliado por computador (CAD): planta baixa, cortes. Fachada, planta de situação e localização, planta de cobertura e telhado. Iluminação e ventilação naturais. Circulações horizontais e verticais. Acessibilidade;
- Topografia: Conhecer fundamentos de geometria e trigonometria plana. Ter noções básicas de tomadas de medidas topográficas, como distâncias horizontais, desníveis, inclinações de greide, cálculo de áreas e volumes;
- Execução de obras: interpretações de desenhos técnicos, conhecer as máquinas e equipamentos relacionados às obras civis. Conhecer normas gerais de segurança e higiene do trabalho, referentes às obras civis. Noções de organização de um canteiro de obras. Locação de obras. Terraplenagem. Pavimentação. Alvenaria. Revestimentos horizontais e verticais. Impermeabilização. Processo executivo de cobertura e pintura. Conhecer as aplicações de geossintéticos;
- Segurança do trabalho: normas de segurança do trabalho: NR-6 (E.P.I.), NR-17 (Ergonomia), NR-18 (Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção), NR – 24 (Instalações sanitárias e de conforto nos locais de trabalho), NR – 35 (Trabalho em altura);
- Manutenção e Patologia das construções: conceitos gerais: vida útil, durabilidade, degradação e desempenho. Tipos de manutenções. Plano de manutenções. Atividades de manutenção. Patologia das argamassas. Patologia dos revestimentos. Patologia em pisos. Umidade. Corrosão de armaduras. Fissuras e trincas. Avaliação das estruturas. Outros tipos de patologias;
- Estruturas: Conhecer o material concreto armado; Identificar suas aplicações; Compreender o funcionamento da estrutura como um conjunto de elementos estruturais; classificar estruturas; compreender projetos de superestruturas de edifícios;
- Instalações elétricas: fornecer conceitos básicos de eletricidade e de suas aplicações nas edificações. Inserir conhecimentos sobre materiais e instalações elétricos, conhecimento de riscos e segurança em eletricidade (NR-10).
- Materiais de construção civil: conhecer os materiais empregados em obras, tipos, propriedades, ensaios. Propriedades de concretos, aços e madeiras. Traços para argamassas e concretos. Aços para construção civil.
- Segurança do trabalho: Conceitos básicos em Segurança do Trabalho. Avaliação do trabalho e do ambiente do trabalho, quantitativa e qualitativamente. Análise do processo de trabalho. Acidente de trabalho: conceitos, causas e consequências. Aplicação e orientação prática das Normas Regulamentadoras de Segurança do Trabalho. EPI – Equipamento de Proteção Individual. EPC – Equipamento de Proteção Coletiva. Caracterização da exposição a riscos ocupacionais (físico, químico, biológicos e ergonômicos). Conceitos de Insalubridade e Periculosidade. Intervenção em ambiente de trabalho. Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho; Comissão Interna de Prevenção de Acidentes; Comissão Interna de Saúde do Servidor

Público; Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. Aspectos específicos da Norma Regulamentadora de Atividades e Operações Insalubres; Aspectos específicos da Norma Regulamentadora de Atividades e Operações Perigosas. Aspectos específicos da Norma Regulamentadora de Ergonomia. Aspectos Específicos da Norma Regulamentadora de Trabalho em Altura. Aspectos Específicos da Norma Regulamentadora de Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos. Aspectos Específicos da Norma Regulamentadora de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção. Aspectos Específicos da Norma Regulamentadora de Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA (*):

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Normas Técnicas.

AZEREDO, H. A. **O edifício e seu acabamento**. São Paulo: E. Blücher, 1994.

BAUER, L. A. Falcão. **Materiais de construção**. Rio de Janeiro: LTC, 2011. 2v.

BORGES, A. C. **Prática das pequenas construções**. 8. ed. São Paulo: E. Blücher, 2002. 323p.

BOTELHO, M. H. C. **Concreto armado eu te amo: para arquitetos**. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2011. 256p.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora 6**. Equipamentos de proteção individual. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR6.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora 10**. Segurança em instalações e serviços em eletricidade. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora 17**. Ergonomia. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR17.pdf>>. Acesso em: 18 jun 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora 18**. Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR18/NR18atualizada2015.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora 24**. Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR24.pdf.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora 35**. Trabalho em altura. Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR35.pdf>>. Acesso em: 18 jun 2016.

CARVALHO JÚNIOR, R. **Instalações hidráulicas e o projeto de arquitetura**. 8. ed. São Paulo: E. Blucher, 2014. 342p.

CHAVES, R. **Manual do construtor: para engenheiros, mestres de obras e profissionais de construção em geral**. [S.l.]:Tecnoprint, 1979.

CINCOTTO, M. A. **Argamassas de revestimento: características, propriedades e métodos de ensaios**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas, 1995.

CURTI, R. **Tecnologia do concreto**. São Paulo: Associação Brasileira de Cimento Portland, 2009 .

HACHICH, W. **Fundações: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Pini, 2003. 758p.

HELENE, P.; TERZIAN, P. **Manual de dosagem e controle do concreto**. São Paulo: Pini, 1993.

LIMA FILHO, D. L. **Projeto de instalações elétricas prediais**. São Paulo: Érika, 1997.

MATTOS, A. D. **Como preparar orçamentos de obras**. 2. ed. São Paulo: Pini, 2014.

MONTENEGRO, G. A. **Desenho arquitetônico**. 4. ed. São Paulo: E. Blücher, 2001.

PIMENTA, C. R. T.; OLIVEIRA M. P. **Projeto geométrico de rodovias**. 2. ed. São Carlos: Rima, 2004.

PINTO, C. S. **Curso básico de mecânica dos solos com exercícios resolvidos**. 3. ed. Oficina de Textos, 2006.

THOMAZ, E. **Trincas em edifícios: causas, prevenção e recuperação**. São Paulo: Pini, 2002.

TULER, M. CHAN, K. **Exercícios para AutoCAD**. Porto Alegre: Bookman, 2013. 80p.

TULER, M.; SARAIVA, S. **Fundamentos de topografia**. Porto Alegre: Bookman, 2014. 308p.

YAZIGI, W. **A Técnica de edificar**. São Paulo: Pini, 1998. 628p.

Segurança do trabalho:

BRASIL. Decreto Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Título II - Capítulo V - da segurança e da medicina do trabalho. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, p. 11937, 9 ago. 1943. Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria n.º 3.214, 08 de junho de 1978. Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho. Disponível em:<<http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/63/mte/1978/3214.htm>>. Acesso em: Acesso em: 30 jun. 2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria Normativa nº 3, de 7 de maio de 2010. Estabelece orientações básicas sobre a Norma Operacional de Saúde do Servidor - NOSS aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, com o objetivo de definir diretrizes gerais para implementação das ações de vigilância aos ambientes e processos de trabalho e promoção à saúde do servidor. Disponível em:<<https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/redirectDownload.htm?id=7771>>. Acesso em: Acesso em: 30 jun. 2016.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL PRGDP Nº 72/2016

CARGO: REGENTE

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, LEGISLAÇÃO E CONHECIMENTO ESPECÍFICO

LÍNGUA PORTUGUESA

Será avaliada a capacidade de:

1) Leitura e compreensão de diferentes gêneros textuais:

- Ler, compreender e interpretar textos diversos de diferentes gêneros, redigidos em Língua Portuguesa e produzidos em diferentes situações comunicativas.
- Identificar as diferentes partes constitutivas de um texto, de seus principais tópicos e de suas relações (estrutura argumentativa).
- Identificar o sentido global de um texto.
- Identificar objetivos discursivos do texto (informar, argumentar, relatar, expor, orientar, promover humor, etc.).
- Identificar elementos que permitam relacionar o texto lido a outro texto ou a outra parte do mesmo texto.
- Inferir o sentido de palavras e/ou expressões a partir do contexto.
- Estabelecer relações de sentido entre os diversos segmentos do próprio texto e entre textos diferentes.
- Estabelecer articulação entre informações textuais, inclusive as que dependem de pressuposições e inferências (semânticas, pragmáticas) autorizadas pelo texto, para dar conta de ambiguidades, ironias e opiniões do autor.
- Reconhecer marcas linguísticas necessárias à compreensão do texto (mecanismos anafóricos e dêiticos, operadores lógicos e argumentativos, marcadores de sequenciação do texto, marcadores temporais, formas de indeterminação do agente).
- Identificar mecanismos de coesão e de coerência textuais presentes em gêneros textuais diversos.
- Reconhecer e analisar, em textos dados, a função morfossintática das classes de palavras.
- Reconhecer os recursos linguísticos que concorrem para o emprego da língua em diferentes funções, especialmente no que se refere ao uso dos pronomes, dos modos e tempos verbais e ao uso das vozes verbais.
- Reconhecer a importância da organização gráfica e diagramação para a coesão e coerência de um texto.
- Identificar variedades e adequação de linguagem.

2) Conhecimentos linguístico-textuais:

- Identificar e empregar recursos linguísticos próprios da língua escrita formal em gêneros diversos: pontuação, ortografia, concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal, colocação pronominal, estruturação de orações e períodos.
- Reconhecer a significação de palavras e expressões. Relações semânticas, lógicas e enunciativas entre palavras, expressões e frases.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA*:

- ANTUNES, I. **Lutar com palavras: coesão e coerência.** São Paulo: Parábola, 2005.
- BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro.** São Paulo: Parábola, 2010.
- BECHARA, E. **Gramática escolar da língua portuguesa.** 2. ed. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- CASTILHO, A. T. **Nova gramática do português brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2010.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Lições de texto: leitura e redação.** São Paulo: Ática, 2003.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto.** 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual.** São Paulo: Contexto, 2009.
- KOCH, I. G. **O texto e a construção dos sentidos.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem.** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- KOCH, I. G. V. **A coesão textual.** São Paulo, SP: Contexto, 2013.
- KOCH, I. G.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender: os sentidos do texto.** São Paulo: Contexto, 2006.
- MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola, 2008.
- MENDES, G. F.; FOSTER JÚNIOR, N. J. **Manual de redação da Presidência da República.** 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/index.htm>. Acesso em: 6 set. 2012.
- NEVES, M. H. M. **A gramática funcional.** São Paulo: Martins Fontes, 2004. 160 p.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

LEGISLAÇÃO

LEGISLAÇÃO - Nível E - "Cargo Regente"

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, **artigos 5º e 37 a 41**.
- Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais: Lei nº 8.112, de 11/12/1990 e suas alterações.
- Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal: Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.
- Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal: Decreto nº 1.171, de 22/06/1994 e suas alterações.
- Regimento Geral da UFLA: na íntegra.
- Edital PRGDP nº 72 de 2016

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA*:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Artigos 5º e 37-41. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 6 jun. 2016.

BRASIL. Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 jun. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm>. Acesso em: 17 jun. 2013.

BRASIL. Lei nº 8.112, 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 abr. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112compilado.htm>. Acesso em: 6 jun. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 de jan. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9784.htm> Acesso: 28 jun. 2016.

DI PIETRO, M. S. Z. Regime jurídico administrativo. In: _____. **Direito administrativo**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015. p. 93-132.

MEDAUAR, O. Servidores públicos. In: _____. **Direito administrativo moderno**. 16. ed. Ver. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. cap. 13, p. 291-346.

MELLO, C. B. de. Princípios constitucionais do direito administrativo brasileiro. In: _____. **Curso de direito administrativo**. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2015. p. 98-129.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Edital n. 72, de 29 de junho de 2016. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 jun. 2016. Seção 3, p. 63-68. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=59&data=30/06/2016>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. **Regimento geral**. Lavras, 2010. Disponível em: <http://www.ufla.br/portal/wp-content/uploads/2011/03/Regimento-Geral.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2016.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - Nível E - "Cargo Regente"

Prova Escrita

- . Timbres, texturas e instrumentação.
- . Articulação e dinâmica.
- . Alturas: direcionalidade, registro, ordenação, âmbito sonoro.
- . Armadura de clave e tons relativos.
- . Transposição.
- . Padrões melódicos tonais (1 ou mais vozes), intervalos, arpejos, escalas diatônicas maiores e menores – natural, harmônica, melódica e bachiana.
- . Tríades e tétrades resultantes das escalas maiores e menores.
- . Funções Harmônicas: 1ª, 2ª e 3ª leis tonais.
- . Tons vizinhos e homônimos.
- . Notas melódicas – notas estranhas ao acorde.
- . Modulação para tons vizinhos e homônimos.
- . Durações, padrões rítmicos (1 ou mais vozes), andamentos, agógica.
- . Compassos simples e compostos.
- . Estruturação formal: relações, semelhanças e contrastes entre motivos, frases e seções.
- . Parte Oral.*

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA*:

ADOLFO, A. **Música:** leitura, conceitos, exercícios. Rio de Janeiro: Lumiar, 2002.

CARDOSO, B.; MASCARENHAS, M. **Curso completo de teoria musical e solfejo.** São Paulo: Irmãos Vitale, 1996.

BENNET, R. **Como ler uma partitura.** Tradução de Teresa Resende Costa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

BENNET, R. **Elementos básicos da música.** Tradução de Teresa Resende Costa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

GRIFFITHS, P. **A música moderna:** uma história concisa e ilustrada de Debussy a Boulez. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

HINDEMITH, P. **Treinamento elementar para músicos.** Tradução de M. Camargo Guarnieri. 4. ed. São Paulo: Ricordi Brasileira, 1988.

KOELLREUTTER, H. J. **Harmonia funcional:** introdução à teoria das funções harmônicas. 4. ed. Ricordi: São Paulo, 1986.

MED, B. **Ritmo.** 4. ed. Brasília, DF: MUSIMED, 1986.

MED, B. **Teoria da música.** 4. ed. Brasília, DF: MUSIMED, 1996.

MED, B. **Teoria da música:** livro de exercícios, com gabarito. Brasília, DF: MUSIMED, 2014.

LIEBERMAN, M. **Ear training and sight singing.** New York: Norton, c1959.

SCHOENBERG, A. **Fundamentos da composição musical.** Tradução de Eduardo Seincman. São Paulo: EDUSP, 1991.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

Programa da Prova Prática de REGÊNCIA

1. Parte Oral. Os solfejos deverão ser executados à primeira vista, que podem ser tanto rítmicos – a uma e/ou duas vozes – quanto melódicos – em tonalidade maior ou menor e em compasso simples ou composto e serão executados diante da banca examinadora.
2. Execução em instrumento de escolha dos candidatos, ou por canto, de uma peça de livre escolha dos candidatos.
3. Leitura à primeira vista de um coral de Bach, a ser executado ao piano.
4. Obras para coro. O candidato deverá reger o pianista acompanhador designado para a prova:

BACH, Johann Sebastian. Jesus bleibet meine Freude (BWV 147).

MOZART, Wolfgang Amadeus. Ave, verum corpus (K618).

SILVA, José Barbosa (“Sinhô”). Jura, com arranjo de Marcos Leite.

VERDI, Giuseppe. Va Pensiero.

VILLA-LOBOS, Heitor. Ave Maria (1918).